



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 148

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

SECRETARIA GERAL	Capa
TAQUIGRAFIA	2663
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2680
ADVOCACIA GERAL	2682

SECRETARIA GERAL

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 014/SG/2017

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Art. 15 do Ato nº09/2015- MD/ALE, de 11 de novembro de 2015,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer ponto facultativo em todos os setores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no dia 08 de setembro de 2017, data que sucede o feriado nacional de 07 de setembro de 2017.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Secretaria Geral, 04 de setembro de 2017.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL /ALE/RO

De acordo:

DEP. MAURO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **EZEQUIEL JUNIOR**

1º Secretário: **EURIPEDES LEBRÃO**
2º Secretário: **ALEX REDANO**
3º Secretário: **DR. NEIDSON**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

TAQUIGRAFIA

30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE OS IMPACTOS NA REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DE COMPENSAÇÃO DAS USINAS EM RONDÔNIA

Em 28 de Agosto de 2017

Presidência do Sr.
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado

(Às 14 horas e 33 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Lázinho da Fetagro, realiza Audiência Pública para tratar sobre os impactos da redução da TAR – Tarifa Atualizada de Referência, alíquota de compensação das usinas de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Lázinho da Fetagro, proponente desta Audiência Pública; Exmº Sr. Deputado Léo Moraes; Exmº Sr. Luiz Ikenohuchi, Prefeito do município de Candeias do Jamari; Exmº Sr. Francisco de Sales, Secretário Adjunto da SEDAM; Exmº Sr. Paulo Tramontin, vice-prefeito representando o município de Itapuã D'Oeste; Exmº Sr. Luiz Guilherme Erse da Silva, Secretário Municipal da SEMPOG, representando a Prefeitura de Porto Velho; Sr. João Marcos Dutra, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar sobre os impactos da redução da Tarifa Atualizada de Referência, alíquotas de compensação das usinas de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Departamento legislativo - **Huziel Trajano Diniz**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes das falas iniciais e da condução dos trabalhos desta Audiência Pública pelo Exmº Sr. Deputado Lazinho da Fetagro, informamos que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pelo site da Assembleia, o endereço é al.ro.leg.br e aqui saudar a Exmª Sra. Vereadora Ruth Pacheco, da Câmara Municipal de Itapuã D'Oeste. Antes de darmos sequência aqui nos registros, convidamos à Mesa também o Exmº Sr. Itamar Félix, Presidente da Câmara Municipal de Itapuã D'Oeste. Continuando os registros, o Exmº senhor Vereador Lúcio Rojas, da Câmara Municipal de Candeias do Jamari; o Exmº senhor Vereador Dejesus Aparecido Ramos; Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itapuã; Exmº senhor Vereador De Assis, Câmara Municipal de Candeias do Jamari; senhor Lucas Câmara, Presidente da Associação de Vila Teotônio, já inscrito para fazer uso da palavra; senhor Daniel Antônio de Castro, Gerente de Fiscalização representando a Coordenadoria da Receita Estadual; Orlando Francisco de Souza, representando o Sindicato dos Urbanitários de Rondônia; Maria Sandra Bandeira, Subsecretária da Receita; senhor Robson Oliveira, ex-prefeito de Itapuã do Oeste; senhor Ademir Cunha, Engenheiro, representando o Sindicato dos Engenheiros; Exmº senhor Luiz Fernando Martins, Secretário Municipal de Fazenda de Porto Velho; Exmª senhora Vereadora Patrícia Serrão, Câmara Municipal de Itapuã do Oeste. Eram estes registros iniciais, senhor Deputado Lazinho da Fetagro e proponente desta Audiência Pública e a partir deste momento toda a condução, inclusive ordem de falas e toda metodologia da Audiência Pública por S.Exª Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Boa tarde senhoras e senhores. Cumprimento a todos de igual maneira em nome desta Casa; cumprimentar meu amigo particular Vereador Cidinho, obrigado Cidinho lá de Itapuã; em nome dele todos os Vereadores e Vereadoras presentes. Quero aqui registrar a presença do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragem, e propositor desta Audiência junto conosco. Fomos procurados pelo Movimento que como muitos, talvez, não saibam a importância desta organização em nível de Brasil, e aqui no Estado de Rondônia não fica atrás da luta por igualdade, a luta por direitos, a luta por terra, a luta por vida e nos procurando, sugeriu que fizéssemos esta Audiência, assim como de imediato nós sugerimos que todas as Câmaras Municipais do nosso Estado possam fazer uma Audiência igual para que a gente consiga sensibilizar as autoridades que têm a responsabilidade de rever este ato em nível nacional; em outros Estados já ocorreram essas audiências, e agora nós estamos aqui iniciando. Então eu agradeço e cumprimento aqui o João Marcos que neste ato representa o MAB. Parabéns pela luta e pela capacidade que vocês têm de nos ajudar a conduzir os trabalhos aqui nesta Casa em temas, que muitas vezes, João, não são temas de conhecimento geral de toda a nossa sociedade, infelizmente. Mas, nós estamos aqui para isso. Obrigado e parabéns pelo trabalho; cumprimentar o Luiz Guilherme, Secretário Municipal aqui de Porto Velho, da SEMPOG, que vem também representando aqui a Prefeitura Municipal; Secretário Sales, da SEDAM aqui presente, obrigado Sales; Exmº senhor Vice-Prefeito Paulo Tramontin, de Itapuã, aqui presente; cumprimentar também o Luiz Ikenohuchi, hoje Prefeito do Município de Candeias; meu amigo Deputado Léo Moraes, presente nesta Mesa; em nome de toda a Assembleia Legislativa nós agradecemos a presença de todos.

Nós vamos procurar neste primeiro momento ouvirmos, vamos ouvir o MAB que vai nos trazer vários detalhes

técnicos do que eles já trabalham ao longo dos anos e precisamente neste tema, até para embasarmos do debate posterior. A partir daí, ouvindo o João Marcos, nós vamos ouvir a Mesa, consequentemente aqui estão os representantes dos municípios mais afetados pela resolução da ANEEL, e em seguida a gente abre para o público que queira também se expressar. Nós convidamos toda a bancada Federal, Senadores, Deputados Federais, as Prefeituras envolvidas, as Câmaras de Vereadores, e este documento saindo, Deputado Léo, desta audiência nós vamos encaminhar, então, aos órgãos de interesse e de responsabilidade por este ato, bem como a bancada nossa federal, os Deputados e Senadores; para ir ao Governo Federal, claro, a ANEEL, para que tomem conhecimento do pensamento e do posicionamento de Rondônia que hoje é um dos maiores produtores de energia do Brasil. Então nós temos a responsabilidade com o Brasil, mas, é importante que o Governo Federal saiba que em Rondônia mora gente e esse povo que mora em Rondônia, precisa ser reconhecido pelo Governo Federal como merecimento do serviço que presta para o nosso País. Então, João Marcos, com a palavra João Marcos Dutra, que representa aqui o MAB.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Só para registrar a presença do senhor Valdemar Pires, Diretor do Sindicato dos Engenheiros; Exmª senhora Magna Oliveira Matos, Secretária Municipal de Administração Planejamento e Finanças, de Alto Paraíso e o senhor Evaniel Brito, Presidente do Sindicato dos Telefônicos – SINTEL.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA – Boa tarde a todos. Agradecer primeiramente ao Deputado Lazinho, por mais uma vez abrir a Casa para o Movimento poder estar fazendo o debate com sociedade; os demais representantes dos municípios das Câmaras municipais e também Deputados aqui da Casa, Léo Moraes; e cumprimentar os trabalhadores e ativistas por barragens também presentes aqui, os companheiros do SINDUR e do SENGE.

Primeiramente, acho que todo mundo já sabe o tema da Audiência, é que a redução da Tarifa Atualizada de Referência que é uma base de cálculo para calcular as compensações financeiras da geração de energia hidrelétrica. Primeira coisa que eu queria colocar é diferenciar o que é royalties e o que é compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, porque existe uma confusão generalizada dos municípios atingidos, sobre o que é programa ambiental vinculado ao licenciamento ambiental e as licenças ambientais; o que é compensação ambiental, que tem uma legislação própria; o que são os royalties, que está atrelado à geração de riqueza a partir da produção de petróleo e a Hidrelétrica de Itaipu. No caso das hidrelétricas que a gente tem aqui em Rondônia a nomenclatura correta não é royalties, é compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, que em grosso modo, é uma compensação pelo alagamento das terras dos territórios atingidos para a geração de energia hidrelétrica e tem legislação própria. Os royalties são calculados de uma maneira a partir do acordo da Itaipu Binacional. A compensação financeira, segundo a última legislação que foi incorporada no cálculo a partir de 2016, ela é 7% da energia que é gerada, multiplicada por uma Tarifa de Referência que é a TAR. Então o preço da energia multiplicada por toda a produção de energia no local, ele é referente a essa tarifa, não é a tarifa de mercado, a tarifa que àquela hidrelétrica especificamente utilizou nos seus contratos de venda de energia e ao lucro inerente àquela hidrelétrica, existe um parâmetro nacional que é

definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, e na Lei da CFURH, ela é distribuída da seguinte maneira: 45% vão para o Estado, 45% vão para os municípios proporcionalmente à área do lago em cada território municipal. Então quanto maior a área do lago em determinado município, maior é a proporção de royalties a partir desse cálculo da compensação financeira e os 10% restantes vão para União e aí é dividido pelo Ministério de Meio Ambiente, para o Ministério de Minas e Energia e uma parte vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Esses aqui são os municípios, tem Rio Crespo também, eu não coloquei porque é muito irrisório o valor, mas, esses são os municípios do Estado de Rondônia que hoje recebem compensações financeiras pela utilização dos recursos hídricos, dá para gente vê que Porto Velho tem uma arrecadação muito maior, devido ao fato de Jirau e Santo Antônio terem uma produção de energia muito maior que Samuel, e, a gente vê uma diferença bem grande entre Candeias e os demais municípios por conta de ter uma área maior do lago no território de Candeias e, assim, sucessivamente. Porto Velho segundo a página da Agência Nacional de Energia Elétrica, arrecadou entre 2017 e 2012, esses valores que estão aí tabelados. O ano passado, Porto Velho arrecadou 53 milhões de compensações financeiras de Jirau e Santo Antônio, a estimativa para esse ano, considerando a redução a partir da decisão da ANEEL seria um valor ainda maior devido às novas unidades de geradoras, as turbinas que foram adicionadas ao empreendimento. A partir de 2012, teve uma mudança na legislação por isso que eu peguei os valores a partir de 2012, porque eles antes eram muito inferiores. Mas, de 97 até 2017, é que, no caso, Porto Velho só passou a receber a partir de 2012, só passou a ter geração a partir de 2012. Desses anos, a soma total de royalties arrecadados foi na casa de 171 milhões de reais, desde o início da geração. Aqui, Candeias do Jamari, em 97 já... Aqui, no caso, é de 97 a 2017. Ao longo desses anos, Candeias do Jamari já arrecadou 13 milhões e 700 mil reais, nessa ordem. E tem uma oscilação muito grande na arrecadação devido à geração de energia e a variação do ciclo hidrológico. Depois, mais para frente a gente tem a média de quanto o Candeias recebe, mas, você vê que tem uma variação, que tem ano que tem R\$ 01 milhão e trezentos, tem ano que tem R\$ 700 mil. Itapuã também oscila. Tem ano que recebe R\$ 400 mil, tem ano que recebe R\$ 700 mil, tem ano que recebe R\$ 500 mil. De 97 até 2017, Itapuã já arrecadou R\$ 7.635.000,00 de compensações financeiras. Eu não fiz a tabela aqui de Alto Paraíso porque ia estender muito a apresentação, mas, isso se encontra no site da ANEEL. E o Estado de Rondônia, o ano passado recebeu R\$ 54,5 milhões em compensação financeira, porque ele recebe aquilo que Samuel passa para os municípios mais aquilo que Jirau e Santo Antônio passam para os municípios. Então o Estado de Rondônia recebe a soma do que todos os municípios recebem. E este ano também há uma projeção de uma arrecadação maior, considerando a medida da ANEEL devido ao aumento da geração de Jirau e Santo Antônio. Então, a ANEEL, primeiro ela fez uma reunião técnica de revisão da tarifa e essa Nota Técnica aqui, em 2016, ela vai sugerir uma variação para o ano de 2017. Ela vai reduzir a Tarifa Atualizada de Referência para R\$ 70,25 por megawatt/hora. Essa sugestão da ANEEL vai representar uma variação do ano de 2016 para o ano de 2017 de menos 24% da base de cálculo para mensurar as compensações financeiras a serem repassadas. Essa variação de 24% é só referente ao desconto dos encargos que as geradoras têm na

venda da energia. Além desses encargos e tributos que são avaliados pela ANEEL, também há variação do IPCA, da inflação. Todo ano a base de cálculo tem que ser corrigida. Só que o que aconteceu? Nessa última revisão da ANEEL, ela decidiu não fazer a revisão. E aí, a variação real ficou de 30%. Depois, eles convocaram uma Audiência Pública, nessa Audiência Pública, algumas distribuidoras de energia, que são quem contrata a energia das geradoras, passaram informações que não foram passadas anteriormente na primeira compilação de dados, e, eles fizeram ajustes de algumas tributações que também ainda não estavam definidas. E aí a variação real ficou em 28,7%, quase 30% na base de cálculo de compensação financeira. E aí, no dia 29 de novembro de 2016, após essa Audiência Pública, a ANEEL, numa Resolução homologatória, ela fixa a TAR em R\$ 72,20 o megawatt. Aí agora eu vou tentar explicar o que isso significa; essa Resolução homologatória. Bom, a Tarifa Atualizada de Referência, o que é isso? Como que a ANEEL define o preço dessa tarifa? Ela faz uma chamada para todas as empresas que distribuem energia para os consumidores cativos, os pequenos consumidores, os residenciais. Eles informam os contratos pelos quais eles adquirem energia das hidrelétricas, das geradoras. Eles somam toda energia repassada nesses contratos e divide pela soma de todo dinheiro pago por essa energia. E aí eles tiram uma média de todas as contratações de preços. Essa média dá em torno de R\$ 120,00, a energia de origem hidráulica. E eles descontam os encargos e tributos e aí dá aquele valor de R\$ 72,00. Esses são os encargos e tributos que eles consideram. E aí tem encargo de transmissão, de distribuição, uma série de coisas. Aqui é para a gente ter uma ideia de como a gente retrocedeu na arrecadação da compensação financeira. A gente tinha um valor da TAR que progressivamente ia aumentando, principalmente, por conta do ajuste da inflação. De 2012 a 2016 a gente foi tendo um aumento do patamar de R\$ 72,80 para R\$ 93,35. Se a gente for considerar que teve um ajuste, teve uma variação do IPCA de 7,25% de 2016 para 2017, esses R\$ 72,00 deveriam estar em R\$ 100,00 o megawatts, essa deveria ser a atual base de cálculo, por isso que tem uma variação da tarifa, sem o ajuste inflacionário e outra variação real que eu mostrei que é levando em consideração que a ANEEL não levou em conta o ajuste do IPCA.

Aqui é uma notícia do Portal do Governo Federal colocando que as hidrelétricas em 2015 pagaram R\$ 2,4 bilhões em compensação financeira, isso aí incluindo os royalties, tirando os royalties R\$ 1,6 bilhões foi decorrente de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos. Pela legislação eles dizem que isso é 7% da geração a partir do preço da energia no mercado cativo.

Esse ano a expectativa de arrecadação de compensação financeira seria de R\$ 2 bilhões, porém, a gente vai ter uma arrecadação menor do que 2015 que foi R\$ 1,6 bilhões por conta da medida da ANEEL, com isso a gente vai ter uma redução do repasse para os municípios, que muitas vezes têm dificuldades de arrecadação como é o caso dos municípios atingidos por Samuel, aqui em Rondônia de R\$ 600 milhões. São 20 Estados e 700 municípios em todo o País que vão ser prejudicados com essa Resolução da ANEEL. É uma Resolução que não transfere essa riqueza para nenhuma outra destinação do Estado, nenhum outro serviço social. Esse recurso, simplesmente, vai ficar com as empresas donas das hidrelétricas, com as geradoras.

Porto Velho, se a gente fosse considerar a projeção de arrecadação para o ano que vem sem essa medida de alteração da TAR, a gente teria R\$ 54 milhões de reais pelo menos

na receita do município entrando, com essa redução o prejuízo vai ser anualmente de R\$ 16 milhões e 200 mil reais. Se a gente for pensar uma gestão municipal, por exemplo, isso aí significa pelo menos R\$ 64 milhões e 800 mil. A gente pode imaginar quantos salários de professores a gente não consegue pagar com esse dinheiro, porque nenhum professor recebe R\$ 1 milhão por ano. Então, é muito professor que poderia está sendo pago com isso daí, é muita escola, é muita creche, é muito posto de saúde. Até porque não tem legislação ainda nem nos municípios nem no Estado que vincule a utilização desse dinheiro, a gente recebe esse dinheiro, mas, ainda não fez esse debate para especificar a partir da vontade do povo como a gente quer que esse dinheiro seja investido.

Candeias do Jamari. Se a gente for fazer uma média da oscilação de arrecadação de 2016 a 2012, a média é de mais ou menos R\$ 1 milhão de arrecadação por ano, com a redução da ANEEL é um prejuízo anual de pelo menos R\$ 300 mil na receita o que numa gestão municipal significa R\$ 1 milhão e 200 reais a menos para o município.

Itapuã. A projeção seria de R\$ 550 mil mais ou menos, mas, vai ter um prejuízo de R\$ 160 mil, o que em 04 anos significa R\$ 600 mil a menos na gestão de Itapuã.

O Estado de Rondônia ele recebe o total que os municípios recebem, o prejuízo ele é ainda maior. A projeção para este ano era de R\$ 58 milhões e quase 300 mil; o prejuízo anual vai ser de R\$ 17 milhões e 400 mil, quase R\$ 17 milhões e meio anualmente. O que em 04 anos significa quase R\$ 70 milhões a menos para investimento do Governo do Estado e aí a gente calculou a soma do prejuízo do Estado com o prejuízo dos municípios.

Então, a população de Rondônia vai perder anualmente com essa redução da ANEEL R\$ 34 milhões e 900 mil, quase R\$ 35 milhões por ano; em 04 anos isso é quase R\$ 140 milhões a menos para o povo atingido de Rondônia.

Aí eu queria chamar atenção para vocês sobre a contradição das medidas tomadas pela Agência que eu acho que é de quem a gente tem que cobrar esclarecimento sobre o que aconteceu. Eles fizeram uma chamada para as distribuidoras, para compilar as informações com o cálculo da TAR, a partir da compra de energia cativa, excluindo o mercado livre. A energia cativa, ela é tabela pelo Governo, porque ela tem a finalidade à distribuição residencial, os pequenos consumidores; só que boa parte da energia gerada, ela não é vendida no mercado cativo, ela é vendida no mercado livre, onde muitas vezes as tarifas chegam a mais de R\$ 800,00 o preço do MW; enquanto no cativo a gente tem uma margem de R\$ 120,00, R\$ 140,00. Então, o preço calculado na Tarifa Atualizada de Referência, ela não reflete de fato a produção de riqueza que existe nas hidrelétricas para as geradoras de energia, porque se a gente for considerar a margem de lucro que existe na venda da energia no mercado livre, o que fica de fato com a compensação financeira não são os 7% da geração de energia, são menos de 1%; porque o preço do mercado livre, ele é cotado na oferta e demanda e tem outra lógica de definição de preço, que é baseado no mercado financeiro onde a energia é calculada pelo preço do barril de petróleo, sendo que a nossa matriz mais de 70% ela é hidráulica e a base de cálculo da Tarifa Atualizada de Referência, é o preço da energia hidráulica. Então, porque a gente paga tarifas enormes, baseadas na venda de energia no mercado financeiro, a partir do preço do petróleo e a gente recebe compensação financeira a partir do preço da matriz hidráulica, que é a matriz mais barata do mundo? E aí, a gente tem essa contradição, porque que a empresas, elas têm lucros extraordinários com preços baseados no sistema

financeiro, a gente paga essas tarifas a partir dessa definição de preço e na hora de receber a compensação financeira, é baseado no mercado cativo, aonde o preço às vezes chega a 05 vezes menor do que o preço vendido, às vezes com o banco de investimento; como foi o que a Santo Antônio Energia fez em 2014 aqui em Rondônia, ela vendeu energia para o Banco BTG Pactual a R\$ 820,00 o preço do MW e enquanto Porto Velho estava morrendo embaixo d'água, não foi à toa que eles armazenaram água no reservatório deles; porque naquele momento determinado, o mercado financeiro empunha que eles tinham que armazenar energia para vender por um preço ótimo, para garantir um super lucro. Só que esse super lucro, ele não se reverte em nenhum benefício para regiões atingidas, a ENGIE, por exemplo, que é a principal acionista do Consórcio de JIRAU, o ano de 2016, ela fechou com um lucro de 1,5 bilhão. A gente vê que as geradoras, elas não são prejudicadas com a crise financeira porque tem toda uma blindagem institucional estabelecida pelas agências reguladoras, que mantém a taxa de lucro deles, mesmo no período de crise, mesmo com aumento de energia, mesmo com tarifável que a gente tem tido sistematicamente ao longo dos anos. Eu não sei se vocês sabem, a ENGIE, a antiga SUEZ TRACTEBEL, 30% das ações dessa empresa pertence ao Governo da França, ou seja, esse lucro que não vai mais para a compensação financeira e vai e vai ficar com dona das geradoras, de geração de energia, eles vão ser transferidos para fora do País, por exemplo, a geradora de São Paulo, agora elas comercializadas para empresas chinesas. Então, esses lucros não vão ficar nem com os grandes empresários do setor elétrico brasileiro, eles vão ser repassados para as contas das transnacionais em outros Países. Todas as empresas, se a gente for pegar 2016, se a gente for voltar para 2014, 2015, elas foram tenuamente sistemáticas nas taxas de lucro. Então, à medida da ANEEL, que é baseada num suposto aumento do custo da produção de energia da venda para geradoras, é contraditório com a realidade do consumidor, porque a gente tem tido um aumento sistemático de tarifas. Em 2015, foi discutida com a ANEEL, a perda, a dívida de grandes empresas que não estavam cumprindo com as suas responsabilidades no setor elétrico. Foi sancionada uma redução nas tarifas de energia, que depois foi revertida por sistemáticos aumentos, porque apesar da energia estimada no mercado cativo ser de R\$ 120,00, o custo real de produção da energia muitas vezes chega a R\$ 15,00 o MWH. Não sei se vocês se lembram que alguns Estados tinham concluído com as concessões de 25, 30 anos, que as empresas tinham, para amortizar o investimento inicial das hidrelétricas, o Estado investe na construção, uma empresa constrói durante alguns anos ela lucra com a geração de energia e amortiza o seu investimento, depois ela devolve isso para o Estado, aquilo que estava R\$ 120,00 no mercado cativo, hoje deveria estar sendo vendido a R\$ 30,00 o MW, e as empresas ainda iam ter um lucro de cerca de R\$ 100,00 se essa retomada das hidrelétricas para o Estado fosse realizada. Mesmo tendo essa margem de lucro do preço entre R\$ 15,00 que é o custo real de produção e os R\$ 30,00s que estavam sendo concedidos pelo Governo, os empresários não aceitaram rever as concessões de energia, e essas hidrelétricas onde já tinha se amortizado o investimento de construção, elas continuaram vendendo ao preço mínimo de R\$ 120,00 o preço cativo e ainda com a sobra de energia que é vendida no mercado livre. Com essa não retomada das hidrelétricas para o Estado brasileiro, como está em discussão agora as hidrelétricas da CEMIG em Minas Gerais, o que aconteceu? As distribuidoras, elas tiveram um prejuízo

porque elas estavam prevendo uma diminuição do preço que as hidrelétricas iam passar para elas poderem passar energia para a população brasileira, como não teve essa revisão das concessões, um empréstimo muito grande de alguns bancos teve que ser feito, e a saída para a ANEEL, para poder pagar os juros desses bancos, era repassar até 2019, essa dívida para o consumidor por meio das tarifas, é por isso que a gente tem Bandeira Verde, Bandeira Amarela, Bandeira Vermelha, daqui a pouco já tem Bandeira Preto e Branco, tem Bandeira arco-íris, eles estão inventando todas as formas possíveis de justificar aumentos no preço de energia para abater a desregulação que eles têm do modelo, a desregulação que eles têm do mercado. E as regiões atingidas ficam com os passivos sociais e ambientais. A gente tem um estudo que foi feito pelo Conselho de Direitos da Pessoa Humana, que hoje é o atual Conselho Nacional de Direitos Humanos em todas as regiões do País, em regiões atingidas por barragens desde o período de estudo, de instalação e de operação e que concluiu que existe um padrão vigente de violação de direitos humanos sistemático na construção de barragens no Brasil, que está inerente ao modelo, e que em qualquer local onde é construído hidrelétrica, pelo menos 16 direitos humanos são sistematicamente violados. O Estado Brasileiro reconheceu que as regiões atingidas por barragens têm graves passivos sociais e ambientais. A gente tem visto que, nem o Governo Federal, nem as empresas têm ajudado os municípios do Estado a resolver esses passivos sociais e ambientais, e agora, eles ainda estão tirando o pouco que estava ficando, que eram essas compensações financeiras. Olha o tamanho do reservatório que ficou da Hidrelétrica de Samuel com a construção da barragem. Esse é o Cemitério de Itapuã, não sei se vocês conseguem ver, mas, essa cova está cheia de água, até hoje os corpos bóiam dentro do cemitério, porque ele nunca foi realocado. Eles falam que a compensação financeira é a partir da terra alagada, mas, os impactos causados pela infiltração de água no solo numa região como a nossa que tem formação geológica, arenosa e argilosa, são muito maiores do que aqueles causados pela área alagada, a própria Eletronorte reconheceu os impactos que ela causou no Município de Itapuã com um estudo, onde ela prevê o custo para a instalação de sistema de abastecimento de água, de drenagem, de esgoto. A partir dos royalties em 2017, em 2007, só que ela passa para o município essa conta, ela faz estudo, levanta o custo, diz quantos anos o município tem para pagar, e o município se vire com isso, reconhece a culpa, reconhece o impacto, mas, passa a conta para o município. Esse é o Lago de Santo Antônio, em Jaci-Paraná em 2013, ano após ano, a gente está tendo um crescimento do Lago, ele está ficando tão grande quanto o Lago Samuel e daqui a pouco Jaci-Paraná, vai ser uma nova Itapuã do Oeste, não sou eu que estou falando, são os relatórios de vistoria técnica do IBAMA, que dizem que o principal problema em Jaci, é a condição da água que está sendo consumida pelos moradores, que apresenta a olho nu alto grau de turbidez, consistência espumosa, além de exalar mau cheiro. Então, os mesmos problemas provocados pela elevação do lençol freático em Samuel, estão acontecendo hoje em Porto Velho, e será que o município sozinho, vai conseguir resolver esse problema? Vai conseguir pagar essa conta? Esse estudo de alguns pesquisadores americanos, recente, que pegam bases de dados de landsat, que são imagens de satélite que fazem a avaliação do globo terrestre; de 2006 a 2015, apontaram que as usinas do Madeira tiveram um crescimento do reservatório de 64,5% maior do que o previsto nos estudos de impacto

ambiental, com 120 quilômetros quadrados de alagação de florestas além do planejado nos estudos. Então, os impactos, eles são muitos maiores do que os programas ambientais, que as compensações ambientais previram. Se não tiver compensação financeira para os municípios resolverem esses problemas, eles vão ficar cada vez maiores. Samuel está aí, 30 às famílias sem terra, até hoje o INCRA, não fez um assentamento para reassentar essas famílias. Vários conflitos agrários, ocupação de terra devido à morosidade do Estado a resolver esses problemas e transferir todo o passivo para o Estado e para os Municípios. Aqui em Porto Velho a Plataforma Dhesca que avalia o cumprimento dos tratados internacionais de Direitos Humanos sociais, culturais e ambientais e que faz um informe anual para a Organização das Nações Unidas e para a Organização dos Estados Americanos, apontou que Porto Velho teve 44% de crescimento entre 2008 e 2010 a quantidade de crianças e adolescentes vítimas e de abuso e de exploração sexual, não, de homicídio; crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual subiu 18%, fora os casos que a gente não tem registro por que não tem denúncia. De 2007 a 2010 houve um aumento do número de estupros de 208% e a migração para o município de Porto Velho até o ano de 2012 tinha sido 22%, superior ao previsto no estudo de impacto ambiental. O que quê isso acarreta para os aparelhos de saúde? Para os aparelhos de educação? Para o transporte público. As famílias atingidas pela enchente de 2014 até hoje em barracas de lonas no Baixo Madeira, por que até hoje as comunidades que seriam reconstruídas, a gente não sabe nem onde vão ser. Inúmeros dados sobre os reassentamentos que as famílias não conseguiram estabelecer as condições de geração de renda e de produção. Neste caso, por exemplo, um dos reassentamentos da Jirau, esse aqui é o reassentamento Santa Rita aonde foram construídos lotes para as famílias de agricultores aonde a terra já tinha sido mais de 30 anos utilizada como área de pasto, o reassentamento tem problemas sanitários e até hoje as famílias não tem Reserva Legal, sendo que a Reserva Legal era condicionante, da licença de operação, da licença de instalação, e está prevista no Código Florestal Brasileiro. Se eu for citar a situação dos reassentados é de mal a pior, e pior ainda são aqueles que nem terras receberam, por que hoje estão mendigando na periferia de Porto Velho. Um dos reassentamentos de Jirau, o próprio IBAMA reconhece que as famílias estão vivendo somente de auxílio sociais e da venda das casas que foram construídas em Nova Mutum, por que os lotes rurais não conseguem retornar para eles nenhum tipo de renda a partir da produção, ou seja, são um verdadeiro fracasso. E fora uma série de outros problemas estruturais, por exemplo, o caso da orla de Porto Velho, essa foto é de 2012 quando iniciou a geração de energia do Santo Antônio, quando as primeiras duas turbinas estavam em operação de teste. Agora a gente tem um aumento de lago, a gente tem uma ampliação de seis unidades geradoras, a agência de energia elétrica não cumpriu com a sua função prevista na Lei 12.334 que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens pediram para a Santo Antônio e Jirau os planos de segurança das barragens, que são barragens de alto risco, por que aqui já teve um desastre em 2014, mas, concede uma ampliação do risco, uma ampliação de lago, uma ampliação de turbinas e tira de nós a única coisa que estava ficando para tentar paliativamente tratar esses problemas, que eram as compensações financeiras. Então o que está em discussão aqui além do modelo do setor elétrico, é uma questão de soberania. Por

que a gente percebe que menos um por cento da riqueza produzida pelas hidrelétricas, são revertidas para o nosso povo; as compensações financeiras estão sendo retiradas da gente para aumentar o lucro que as donas das hidrelétricas recebem nas suas contas em outros Países, Santo Antônio já está em negociação com os chineses, e os problemas sociais e ambientais permanecem, por mais que não seja possível a gente conseguir reverter essa medida. Se a gente não fizer nada a gente vai está sendo covarde, olha a situação que o nosso povo está vivendo em Porto Velho, e nos demais municípios atingidos. A gente vai deixar que o pouco que estava ficando em Rondônia para resolver essa série de problemas, sejam revertidos para as empresas transnacionais? Os Municípios não ganham com isso, os Prefeitos não ganham com isso, os vereadores não ganham com isso, o Estado não ganha com isso, os Deputados não ganham com isso, e o povo menos ainda. Os únicos que se beneficiam com isso são as empresas e a agência reguladora. Eu peço perdão por ter me estendido muito na explanação e na exposição das informações, queria abri para o debate agora com vocês e propor uma grande articulação aqui para que a gente, para que se peça esclarecimento da agência reguladora em relação ao que ela fez e o que ela não fez, articulando os Municípios, as Câmaras, os Deputados aqui presentes. Obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado João Marcos, parabéns pela explicação, pela exposição desse material e pela aula, isso é bom até para nós, para os Secretários, para os Prefeitos para irem vendo que o pepino é maior do que a gente está imaginando. Quero registrar a presença do nobre Deputado Hermínio Coelho e do Deputado Geraldo da Rondônia que acaba de chegar também.

Vamos passar então agora a palavra para o nosso Secretário Municipal da SEMPOG da Prefeitura de Porto Velho, Luiz Guilherme Erse da Silva.

O SR. LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA – Muito obrigado pelo convite, pela deferência, Deputado Lázinho e Deputado Léo, demais representantes do município ou prefeitos, desculpem que eu não sei o nome de todos ainda. Eu achei extremamente importante as colocações do nosso expositor, porque ele traz informações de natureza de receitas extremamente importantes tanto para o Estado em particular como aos municípios, e nesse caso também em particular o município de Porto Velho. A gente percebe que a partir do momento, vamos chamar de geração plena das usinas em 2014 e 2015, houve uma melhoria considerável na arrecadação dos recursos de natureza compensatória, e, é surpreendente que nós estejamos convivendo com uma subtração da ordem de quase R\$ 140 milhões na somatória do Estado, município de Porto Velho principalmente e demais municípios beneficiados. Essa semana passada e hoje ainda nós estávamos discutindo com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, mais precisamente a Juíza responsável pelos precatórios e mostrando exatamente, eu tive a oportunidade de pegar esse documento da audiência, estava mostrando a ela a nossa preocupação nos prejuízos que nós estamos sofrendo com referência a essa redução substantiva no nosso caso em particular, na realidade eu vou dizer que dá mais do que R\$ 16 milhões, eu explico por quê. Considerando as receitas anteriores, a previsão de arrecadação do município de Porto Velho talvez tenha tido até uma extrapolação era previsto nós arrecadarmos en-

tre R\$ 70 e R\$ 75 milhões de reais este ano e isto está no orçamento, está consignada esta previsão no orçamento e a nossa realidade diante desses fatos e até do comportamento da receita, nos demonstrou que dificilmente nós extrapolaremos a R\$ 53 ou R\$ 55 milhões, e nos põe numa condição extremamente complicada em relação ao conjunto das arrecadações, porque se fosse só esse caso, que já é expressivo, nós também temos situações como o repatriamento acontecido no ano passado e algumas outras receitas que não são receitas perenes e que o município está experimentando uma redução de mais de R\$ 51 milhões, fora os R\$ 16 milhões que a gente está tratando aqui de recursos hídricos. Somando alguns outros valores, por exemplo, o ISSQN caiu consideravelmente também por causa do modelo estruturado do regime de SIMPLES, nós estamos também saindo para uma redução até agora de aproximadamente R\$ 11 milhões, então somando esse conjunto de tributos e receitas outras originárias nós estamos falando de uma redução no município de Porto Velho que extrapola R\$ 80 milhões. Para nós é muito significativo, muito significativo. Então eu penso que esse trabalho apresentado pelo nosso expositor tem profunda pertinência e antes da gente ser chamado para compor esta Mesa, nós estávamos conversando ali da importância que esta Casa aqui, a Assembleia Legislativa tem em ir a busca assim através do Governo do Estado, principalmente do Município de Porto Velho de fazer uma especulação no processo para ver como nós podemos reaver alguma coisa deste recurso, eu penso que tem toda a pertinência isso daí. E, ainda, que fosse impossível trazer de volta R\$ 140 milhões aproximadamente, mas, que esses recursos tivessem uma obrigatoriedade de serem aplicados aqui dentro do Estado de Rondônia. Porque se fosse só a subtração, mas que aqui eles ficassem gerando riqueza e oportunidade de vida, qualidade de vida e de renda, etc., seria não tão importante como o município escolher a forma de aplicar. Mas, estaria gerando riqueza dentro do nosso Estado que é importante de qualquer forma. Então, o Município de Porto Velho ele já vem examinando isso, já desde o primeiro quadrimestre quando a gente teve..., nós temos que demonstrar a cada quadrimestre uma Audiência Pública, na Câmara, a gente já vinha demonstrando essa tendência a esta subtração e eu penso assim que é extremamente importante que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atuante que é, através de seus Deputados buscassem junto com o Governo e o Prefeito do Município de Porto Velho e demais Prefeitos, todos aqueles que são beneficiados, buscassem uma sinergia completa no sentido de nós reavermos, pelo menos, que este recurso fosse aplicado aqui no nosso Estado de Rondônia. Essas são as observações que eu tenho que fazer, ao tempo em que em nome do Prefeito Hildon eu agradeço pela oportunidade de estarmos aqui. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado senhor Luiz. Parabéns pelos esclarecimentos. Com a palavra agora o senhor Paulo Tramontin, que é Vice-Prefeito de Itapuã do Oeste.

O SR. PAULO TRAMONTIN – Boa tarde a todos. Eu gostaria inicialmente de cumprimentar aqui o Deputado Lázinho, que é o proponente desta Audiência Pública; cumprimentar também ao Deputado Léo Moraes; ao Deputado Hermínio; cumprimentar também o Prefeito de Candeias, o senhor Luiz Ikenohuchi; cumprimentar também o Francisco Sales, que é o Adjunto da SEDAM; ao Luiz Guilherme que é o Secretário Municipal aqui da Prefeitura de Porto Velho; ao João Marcos, que é do Movi-

mento das Barragens, que fez uma excelente explanação; cumprimentar também o nosso colega Vereador Itamar Félix, que é o Presidente da Câmara de Itapuã; cumprimentar também os nossos Vereadores o Dejesus Aparecido Ramos; Vereadora Ruth Pacheco e a Vereadora Patrícia; e em nome da Vereadora Patrícia cumprimentar também os demais Vereadores aqui de Candeias e também de Alto Paraíso.

Itapuã do Oeste, senhores Deputados, eles sofrem até hoje com alagamento que tem ano a ano. Este alagamento, ele é em função do afloramento do lençol freático e em função também desta barragem de Samuel. Nós temos também a falta de saneamento básico que era prevista pela compensação ambiental de R\$ 30.000.000,00. Então Itapuã do Oeste hoje nós não temos o saneamento básico e nós não temos água tratada, nós não temos nada para oferecer aquela população. O que sobrou para Itapuã após a construção desta barragem ali foi uma ponte que era da compensação ambiental, que ela está caída lá há mais de 12 anos. Nós temos um cemitério que até hoje nós não podemos enterrar os nossos entes queridos lá dignamente, porque não é possível abrir uma cova, quando vai abrir uma cova a água sai, ela alaga; hoje nós não podemos enterrar. Então, sem contar ainda com as doenças endêmicas, sem contar com as verminoses e com as demais doenças que são causadas em função deste alagamento. Então a situação de Itapuã do Oeste, hoje ela é triste, ela é dia a dia, ou, ano a ano quando chega o período das águas a gente fica preocupado. Os canais que eram previstos para fazer a drenagem da cidade até hoje também não foram construídos. Então, você administrar uma cidade hoje como Itapuã do Oeste, é você fazer malabarismo. A arrecadação ela cai mês a mês e os nossos problemas eles crescem no dia a dia, então, é complicado. O que a gente quer ou o que a gente busca é que com essa audiência, possam ser levados esses acontecimentos, e que o município venha receber aquilo que é de direito. Então, a gente pede a vocês que através dessa Audiência seja encaminhado, ou seja, as pessoas responsáveis e que Itapuã do Oeste possa receber aquilo que é de direito para a gente poder oferecer em contrapartida aos nossos municípios, aos nossos munícipes. Itapuã do Oeste é uma terra rica, nós temos lá o minério, nós temos a madeira e nós temos água, em compensação nós temos uma população pobre, hoje é um dos municípios de menor arrecadação no Estado. Então, o que a gente quer, o que a gente espera é que a gente possa reaver, possa buscar de fato isso que é de direito. É isso o que eu tenho a dizer a vocês. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Com a palavra o senhor Sales, Francisco de Sales, da SEDAM, Secretário Adjunto representando aqui o governo do Estado.

O SR. FRANCISCO DE SALES – Aos presentes, boa tarde. Em nome do Governo do Estado de Rondônia queremos agradecer esse convite para que se façam essas discussões, o que se mostra e conforme o representante da MAB, e a preocupação do Estado é justamente a redução de receita e isso preocupa muito, isso para o Estado, agradecer aqui ao Deputado Lazinho que na oportunidade é o responsável por essa Audiência Pública; os nossos cumprimentos ao Deputado Hermínio Coelho; ao Deputado Léo Moraes; ao nosso Vereador aqui de Itapuã; os nossos cumprimentos também ao Deputado Geraldo da Rondônia, os nossos cumprimentos também ao senhor Paulo, Vice-Prefeito, representante do município de Itapuã; o senhor Luiz Guilherme Erse, representa a prefeitura de Porto Velho,

que é o Secretário Municipal SEMPOG; João Marcos Dutra, que acabou de fazer sua apresentação.

Dizer aos senhores que os municípios pelas suas carências de recursos e sua grande carga que se tem para frente de atender as necessidades, a demanda, a demanda das suas comunidades, é necessário que essas discussões precisem crescer trazer esses tutores, os representantes que eu acho que era importante que teria que estar o representante da ANEEL, ou pessoas que estivessem envolvidas para que essa discussão, ela possa abrir, inclusive, e o nosso representante maior do Governo Federal, digo, Câmara Federal e os senadores, para se fazer uma discussão maior e levar a proposição do Estado de Rondônia e a sua preocupação, porque isso se verifica, sem dúvida nenhuma, um desmonte da arrecadação do Estado, então é isso que precisa ser discutido. Assim, eu não tenho uma opinião formada fora desses parâmetros, mas, deixaremos aos senhores, o Deputado Lazinho da Fetagro, que o Governo do Estado de Rondônia está a sua disposição para juntos buscarmos uma solução, um caminho para que se possa de fato nesse momento tão difícil, tão cruel que passa os municípios, se encontre mecanismos para que se faça também à frente dos nossos, das aplicações de recursos, das necessidades de Saúde, Educação, Estrada e Saneamento. Meu muito obrigado e um abraço a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Sales. Só informando que como um dos encaminhamentos, o Deputado Léo estava até falando de a gente fazer um mutirão aqui no Estado, buscar uma reunião com a ANEEL em Brasília e levar todos os atores aqui do nosso Estado junto com a Banca Federal para que a gente possa apresentar para a ANEEL o posicionamento do Estado com relação a isso. Esse é um dos principais, além de outros encaminhamentos que já foram tirados, a gente pode fazer.

Com a palavra agora o Prefeito Luiz, do Candeias do Jamari.

O SR. LUIZ IKENOHUCHI – Boa tarde. Quero agradecer ao Deputado Lazinho da Fetagro pela proposição desta Audiência; ao Deputado Léo Moraes; ao Deputado Hermínio e ao Deputado Geraldo; ao senhor Paulo, Vice-Prefeito, nosso vizinho de Itapuã do Oeste, que compartilhamos juntos os mesmos problemas em relação à Usina, esse transtorno que temos; ao Secretário Adjunto da SEDAM, senhor Francisco de Sales; ao Luiz Guilherme, Secretário da SEMPOG; ao João Marcos Dutra, pela explanação aqui. Foi de um conhecimento profundo em relação ao que é compensação e o que é royalties. Ao senhor Itamar Félix, Presidente da Câmara de Itapuã, aos Vereadores de Itapuã, ao Vereador Lúcio, ao Vereador Professor de Assis, lá do município de Candeias do Jamari, obrigado. E ao pessoal do MAB que está aqui presente, levando essa bandeira dos atingidos por barragem, sabemos que não é fácil. Então, como estava falando aqui, agora a pouco com o João, isso daqui é só uma breve explanação, uma breve e sucinta explanação, porque esses recursos que estamos perdendo é muito mais. O que eles pagam aos nossos municípios não dá para fazer nada. Vocês sabem que ao longo dos anos os municípios estão perdendo e não há essa fiscalização com a geradora de energia porque os lucros é o que interessa. E vão concordar; senhores Vereadores que aqui estão comigo, não é diferente de Candeias, mas, sempre a população pergunta: - o que vocês fazem com os royalties? Pensam que é uma fortuna e no nosso caso, no município de Candeias do Jamari não chega nem a R\$ 50 mil por mês. O que é que vai ser feito? E muitas dessas vezes, há

de convir também, senhor Vice-Prefeito, que a Prefeitura, quando pega esse dinheiro, ela não gasta realmente na compensação, gasta em outras situações para a Prefeitura, que ela precisa. E não há uma exigência de que seja gasto justamente com a finalidade compensatória. Então é uma discussão que tem que ser mais aprofundada, levada a fundo mesmo. O Secretário da SEMPOG há de convir, que também há uma discussão enorme em relação aos municípios que são geradores dessa energia, que também perde muito recurso, fica na distribuição e não na geração. É uma longa conversa que tem que ter realmente a Assembleia, que é a voz do povo, trazer mais esses tipos de audiências para que possamos mostrar o peso e a voz da população, que ao longo dos anos vem sofrendo com essas reduções de tarifas. O que percebemos é que, o que deixou a entender aqui, João, é que quanto mais caro, a tarifa mais cara o consumidor paga, a gente recebe menos compensações, e deveria ser ao contrário, não é? Então, quem paga é sempre a população. E nós como representantes da população, somos sempre cobrados, porque o que se fala é que estamos recebendo compensações, mas, na realidade esses recursos não dão para nada. E jogam para nós a responsabilidade que seria vir lá de cima para que a gente dê a resposta mais satisfatória para a população. No mais agradecer a todos os presentes que estão aqui para lutar junto e reivindicar pelos municípios da nossa amada terra, que é Rondônia. Muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Prefeito. Chamar agora o Presidente da Câmara de Itapuã do Oeste, senhor Itamar Félix.

O SR. ITAMAR FÉLIX – Boa tarde a todos. Primeiro agradecer a Deus, a Vossa Excelência Lazinho da Fetagro que brilhantemente fez esse convite aos três, quatro municípios que foram atingidos pelas barragens. Mas neste momento inédito, a batalha que vem dos “mabeanos” de Rondônia, que vem essa luta de muitos e muitos anos, que o nosso município de Itapuã do Oeste sempre eles lá presentes conosco, sempre lutando pelo mesmo ideal, que é o mesmo ideal de todos: buscar a melhoria para a nossa comunidade, buscar melhoria para os nossos municípios. Então, eu tenho certeza que o “mabeano” de Itapuã tem o apoio nosso, tem o apoio da Prefeitura, tem o apoio da Câmara de Vereadores, porque a gente sabe da luta que eles têm para lutar pelos direitos, e os ideais de cada um, que são atingidos pela barragem. E vendo esse cronograma da situação de perda compensatória, nós não podemos deixar e abaixar a cabeça. Queremos neste momento, a conclamação do Deputado Maurão, Presidente desta Casa e demais Deputados desta Corte, para juntos somarmos o município de Candeias do Jamari, Itapuã, Alto Paraíso, Rio Crespo, Porto Velho, na luta pelo comum dos nossos municípios. Então, seja uma das primeiras de muitas atividades dessa natureza para melhorar a nossa cidade, as nossas cidades. Muito obrigado, fiquem com Deus.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Vereador, lembrando que nós estamos trabalhando aqui com um item da compensação que vem pós-construção, sem esquecer que as outras compensações, tudo que eles não cumpriram e

quem está pagando é o Estado, como já foi dito aqui, só vieram, aproveitaram, fizeram, fizeram um barulhão danado, e aí eu digo: se o Estado de Rondônia não acordar a classe que representa a população que são: as Câmaras de Vereadores, Prefeitos, Governador, Deputados Estaduais, Deputados Federais, se esse povo não acordar, ou pelo menos fazer igual fez o Rio de Janeiro quando estava discutindo os royalties de lá do petróleo que a bancada do Rio de Janeiro foi para cima do Governo Federal na época e agora, nós vamos ter o mesmo resultado de que daqui uns anos nós vamos está discutindo mais compensação não, daqui uns anos nós vamos está discutindo o restante da mazela que ficou para nós no Estado. As usinas. Aumentaram as 06 turbinas e nós tivemos a coragem de não aprovar nesta Casa, enquanto nós estivermos aqui não vai ser aprovada, porque o que eles querem é mais exploração e estão funcionando aleatoriamente a revelia desse Poder. E aí a nossa Bancada Federal é que tem que colocar na cabeça de quem são representantes, e não ficar em Brasília brigando por causa de Emendas Parlamentares achando que essa é a única alternativa que tem para um Deputado e um Senador fazer. Esse é um tema que é de responsabilidade, principalmente, deles.

Passar a palavra então agora para o Nobre Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Boa tarde! Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar, parabenizar o Deputado Lazinho da Fetagro, pela brilhante iniciativa e também pela sua conduta, por sua postura na condição de Deputado Estadual, não é a primeira e nem será a última vez que elogio o Deputado Lazinho publicamente, seus ideais, por suas convicções e por lutar em favor da sociedade como um todo. Cumprimentar o Deputado Hermínio Coelho que está aqui atento vigilante em relação às demandas populares. Exmº. Sr. Paulo Tramontin, Vice-Prefeito que representa aqui toda a cidade de Itapuã do Oeste, não o conhecia, prazer, seja sempre bem-vindo a Assembleia Legislativa. Francisco Sales, Secretário Adjunto da SEDAM, representando o Governador, o Governo do Estado neste momento; o Sr. Luiz Guilherme Erse da Silva, Secretário Municipal da nossa Capital e representando o Prefeito neste ato; o Sr. João Marcos Dutra, do Movimento dos Atingidos por Barragem, que proferiu uma palestra, não foi um discurso e que foi esclarecedor quanto à técnica, algumas referências necessárias para participar de qualquer discussão nas entidades, instituições e principalmente na ANEEL. O Luiz Ikenohuchi, Prefeito do Município de Candeias do Jamari, tem um grande desafio à frente, desejo sucesso, e nos colocamos à disposição para a nossa cidade, município coirmão. Nosso Presidente da Câmara Municipal de Itapuã, Itamar, militante, ativo, antigo e histórico da daquela cidade a qual eu saúdo os demais Vereadores do Município de Itapuã que aqui estão reivindicando por seus direitos. A Prefeita de Alto Paraíso, a Helma Amorim, que está aqui também, seja sempre bem-vinda às demais autoridades, Vereadores de Candeias estão aqui pareados ali e certamente fazendo a luta incessante, intransigente do nosso Município de Candeias do Jamari.

Antes de iniciar o debate específico a respeito dessa minoração vale mencionar o que o Deputado Lazinho já pontuou que nós através, João, de recomendação Legislativa já

expedida por esta Casa, fruto da nossa última Audiência Pública, não teremos qualquer debate de Projeto que preveja o aumento das cotas dos espelhos de água dos reservatórios aqui do Estado de Rondônia enquanto não discutirem todas as compensações sociais e ambientais aqui nesse Estado, isso já está sacramentado entre todos os Deputados, o próprio Deputado Adelino que foi o Relator naquela época já se comprometeu e assinou a nossa Ata que nós produzimos na Sessão, isso é um avanço por entender que nesse momento se necessita ao menos essa altivez, haja vista que muito leite já foi derramado, entendendo que muitas das áreas desses moradores estão prejudicadas que o Distrito de Jaci-Paraná, por exemplo, Luiz, está com a terra encharcada, com água imprópria para utilização humana, que no Joana D'Arc, não se entra lá às 4 da tarde para sair às 7 da noite, tamanha a proliferação de mosquitos, insetos e animais peçonhentos, não conseguem produzir nada, não somente o milho, o feijão, até mesmo o seu rebanho está prejudicado, essa é a realidade. Distrito de Abunã, fica alagado e intransitável, aquela estrada existe um erro de projeto, na 364, altearam mais não o suficiente para manter a trafegabilidade. Há época, penso também ter sido um equívoco e aí vou retratar a realidade de Porto Velho, na qual eu faço parte desde sempre. Criaram uma Secretaria para fiscalizar o bom emprego do dinheiro das compensações, criaram a SEMPRE, criaram outra Secretaria, que eram de projetos especiais e há época era exatamente para fiscalizar como seriam utilizados os recursos das compensações e a gente viu que não foi saudável, não nos trouxe resultado prático, prova maior que JIRAU e Santo Antônio até hoje não deixou um grande marco, um legado, uma obra significativa; capengando aos troncos e barrancos, sem reassentar uma sequer família como a Usina de Samuel, mas, ao menos, nós ainda tivemos o Hospital João Paulo II como um patrimônio fruto daquela outra usina. Jirau e Santo Antônio, Deputado Hermínio, não deixaram nada. Obras localizadas, uma sala de aula aqui, outra sala acolá, um posto de saúde não inaugurado aqui, um campo que deveria atender Jaci, mal feito; isso foi o que nos deixaram, sem sombras de dúvidas. E outra questão que vale mencionar e deixar registrado em Ata, que essa proposta que nós fizemos ao Deputado Lazinho, é de que tenhamos sim uma equipe entre vários níveis de Governo; Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e irmos, assim como a Secretaria e a Prefeitura das respectivas cidades afetadas, irmos até a ANEEL, a Agência Reguladora, João, que deve atender as pessoas, aos consumidores e aos cidadãos. E às vezes a gente pensa: caramba isso dá certo? Isso está muito distante da nossa realidade. Mas, foi assim que nós conseguimos ir até a ANAC, junto com a SAC, Secretaria de Aviação Civil e Agência Nacional da Aviação Civil, retomar alguns voos para o Estado de Rondônia; obrigatoriamente através das companhias aéreas que lá estavam, retomaram alguns voos, até porque há época, eles alegavam não ter oferta o suficiente para trazer os voos. Nós rebatemos essa informação Deputado Lazinho, mostrando que 90% dos assentos são ocupados quando viajam de Brasília a Porto Velho; Porto Velho à Cuiabá ou a Manaus e que a nossa tarifa era 45% maior do que a tarifa de Porto Alegre à Brasília e a distância em linha reta é quase a mesma e não teria motivação alguma de retirar os voos do nosso Estado de Rondônia. E essa discus-

são foi exitosa. Então, nós temos que obrigatoriamente mais uma vez ir até a ANEEL fazer essa exposição de motivos, levar o MAB e outras entidades que tenha o interesse para discutir e pedindo um prazo. É bom que a nossa bancada federal se posicione em relação a isso, nós temos 3 Senadores da República, 08 Deputados Federais e eles têm a responsabilidade e a obrigação de se inteirar a respeito desse tema. Foram convidados, foram convidados, infelizmente não estão aqui; entendendo que devem ter outras atribuições, não estou penitenciando ou os culpando, mas, a gente, os culpando, mas, nós temos a responsabilidade de levar essa demanda para os nossos colegas parlamentares. CFURH, parabéns, eu imaginei que era royalties mesmo, eu não sabia que era Compensação Financeira de Utilização de Recursos Hídricos; Tarifa Atualizada de Referência, tampouco, acompanhando IPCA era para nós chegarmos a quase R\$ 100,00 como você bem disse, nós tivemos um decréscimo muito grande e que pode prejudicar o malfadado sistema que se implantou, frutos das nossas usinas, digase de passagem. Nós entendemos que Porto Velho, por exemplo, sobrou apenas as mazelas, dificuldade de segurança pública, falta de acessibilidade, de escola, saúde também é outro grande gargalo e não nos deixou o que nós esperávamos, por exemplo, quando se entende que quem mais arrecada esses recursos, por exemplo, é a distribuição de Araraquara, não é João? Onde redistribui para o restante do País? É aonde chega o linhão, exatamente. E nós ficamos, infelizmente, com um pouco dessas divisas, ante as necessidades que nós enfrentamos. A Prefeitura certamente tem enfrentado grandes desafios, porque não é fácil você entrar numa administração aonde os recursos vão se esvaindo, em que pese, que existe recursos nos cofres do município, é sempre bom projetar com um dinheiro que já estava dentro do orçamento. Eu até conversando com alguns colegas, o orçamento está em 1bilhão e 300, senhor Secretário, é o mesmo orçamento quando eu entrei 2013, a vereança, época de vereador aqui em Porto Velho, então, nós temos que nos agarrar nessas árvores que dão fruto e sombra para que possamos administrar. Não vou entrar no mérito da gestão porque não é o momento e eu tenho o momento pertinente possível para isso, a gente tem que encontrar um denominador comum para minimizar esses problemas. O SINDUR, Sindicato dos Urbanitários, é importante que estejam nesse evento, isso é uma ação integrada multidisciplinar, é suprapartidária para que nós possamos achar uma resposta lá em cima na ANEEL, porque muitas vezes a gente discute aqui e o eco não chega às autoridades, ou muitas vezes se discute lá como é reforma política e o cidadão não tem acesso o que estão querendo fazer, e a gente precisa ter essa responsabilidade. Gostaria para finalizar parabenizar mais uma vez o Deputado Lazinho, e fica aqui esse pedido, que a gente monte, não precisa nem ser legal, não precisa ter uma comissão deliberada, mas, que tenham Parlamentares comprometidos nessa discussão. Itapuã do Oeste é uma cidade com poucos recursos e nós bem sabemos disso, o Ex-Prefeito, eu lembro João Testa, o atual Prefeito também, o senhor provavelmente também tem infelizmente passado com o pires na mão, o FPM tem diminuído o Fundo de Participação dos Municípios, o custeio tem aumentado e o investimento logicamente que fica comprometido, é mais basicamente pagar salários

dos servidores e acabaram as condições da administração. E quando se entra na vida pública, não é esse o interesse, é de inovar, de empreender, ter coragem para mudar e trazer resultados e levar o resultado, oferecer o produto ao cidadão seja ele quem for, independentemente de matizes ideológicas, correntes doutrinárias ou lados partidários, o interesse é de todo mundo. Então, me coloco de antemão à disposição, saudando os Deputados por impedir que tivéssemos qualquer Lei que viesse a mais uma vez beneficiar as usinas e prejudicar a população, isso é fruto dessa legislatura, Deputado Lazinho, na qual nós fazemos parte e podemos nos comprometer. Então, parabéns, continuem conosco, e parabéns aos Vereadores, e já fui, são pára-choques da população, recebem as pessoas nas suas casas e não tem que ter hora, tem que fazer o bem sem olhar a quem, não esmoreçam, não andem de cabeça baixa, lutem porque o resultado virá e só vem através da Lei. Parabéns.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado nobre Deputado Léo Mores. Quero cumprimentar e agradecer a presença aqui do Dr. Alcides, que é Procurador Jurídico do Município de Alto Paraíso, senhor Joel Chaves de Queiroz, Presidente da CTB, cadê o Joel? Está ali o Joelzinho. A senhora Sandréia Costa, representante PC do B também está aqui presente. Obrigado. Quero, a Prefeita Helma Amorim, pediu a palavra, também o senhor Lucas, nós vamos ouvir aqui o Deputado Hermínio, e aí nós passamos então para a Prefeita Helma e Lucas; depois do Lucas, SINDUR também pediu a palavra? Por favor, venha aqui para frente pega o nome, que não foi passado o nome para a mim aqui. Contigo Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Boa tarde a todos! Cumprimentar Deputado Lazinho, e parabenizar pela Audiência, cumprimentar aqui os nossos Prefeitos, nossos representantes aqui da Prefeitura de Candeias e de Itapuã do Oeste, também da Prefeitura de Porto Velho, nossos representantes do Governo, ao pessoal do MAB, a nossa população presente aqui, nossos Vereadores, a nossa Prefeita lá de Alto Paraíso. Eu sempre há muito tempo desde a Câmara de Vereadores que eu sou um crítico, muitas vezes às nossas Audiências Públicas, a essa iniciativa nos parlamentos tanto lá municipal como aqui estadual. E eu sou um defensor disso, eu acho que o parlamento é o local ideal para a sociedade discutir, debater e buscar soluções para os problemas que afligem o dia a dia da população, eu sou um defensor disso, eu adorava chamar Audiência Pública; hoje, eu já não tenho mais tanta, porque Deputado Lazinho? Porque infelizmente nossas Audiências Públicas, no final não tem o resultado prático na frente, porque quem é que participa das Audiências Públicas? Quem é que está participando desta Audiência, por exemplo? Aqui só estão participando, Prefeito de Candeias, é o Vice-Prefeito de Itapuã, e nossos Vereadores e a Prefeita lá de Alto Paraíso e nossos representantes aqui do MAB. Quem é que está nesta Audiência? Aqui só está presente aqui quem ficou com prejuízo, só quem foi prejudicado. As pessoas que têm poder de encaminhar para a gente buscar soluções para os problemas que foram deixados, que foram muitos, não tem nenhum aqui e nem vem, a não ser se a gente tivesse um meio de ir buscar na marra com a política, buscasse na marra, para vir discutir, buscar solução. Por que hoje, hoje não, há muito tempo que se viciaram; colocar tudo de goela abaixo na população de qualquer jeito, e depois a população que fique chorando o leite derramado. Eu acho engraçado, se falam tanto que Rondônia, que hoje o melhor Governador do

Brasil é o de Rondônia, eu fico imaginando quem é o pior, imagine o pior, o melhor é o de Rondônia. Nós temos uma bancada federal desde a época dessas usinas, desde a época que começaram a falar dessas usinas, eu nunca vi um representante nosso na Câmara Federal, no Senado Federal falando uma vírgula dos problemas que essas usinas tanto, desde lá de 80, na época lá de Samuel, e principalmente de Jirau e Santo Antônio. O que foi que eles fizeram que é uma verdade, infelizmente parece, que eu não sei o que acontece que as pessoas me odeiam, acho que eu estou falando besteira, ou eu estou inventando alguma coisa. Quando eu falo que essas autoridades, as principais as autoridades do nosso Estado sempre se vendem, sempre venderam a gente bem antes. E nós estamos aqui, nós não vamos conseguir avançar por que quantas audiências nós já fizemos? Desde a época, quando eles vieram para enganar dizendo Porto Velho e Rondônia ia virar o paraíso depois das Usinas com o empreendimento de Santo Antônio e Jirau, e naquela época eu já dizia que nós íamos ficar com os pepinos no final. O que ocorre, por exemplo? Antes das usinas quantos trabalhadores, quantos ribeirinhos, quantas pessoas foram atingidas, que viviam com dignidade até produzindo a sua vida, o seu ganha-pão no dia a dia aqui perto do nosso rio, e que depois dessas usinas foram tirados? Quantas famílias, eu acredito que milhares de famílias que foram da dignidade e que hoje ninguém está nem aí; tem alguém aqui dessa tal de ANEEL? Tem alguém aqui das Usinas? Do consórcio? Do Governo, está um representante nosso do Governo do Estado, que infelizmente não tem poder de resolver nada, não tem poder de nada. Tem um deputado federal aqui? Tem um senador aqui? Deputado estadual; o Deputado Lazinho, e meu amigo Deputado Léo Moraes, nós temos força, mas, se nós nos juntássemos com a maioria, eu sozinho, ou eu, Vossa Excelência e o Deputado Lazinho também nós não temos quase força, nós somos patrolados aqui e em qualquer lugar. Por isso eu fico olhando o Prefeito de Candeias falou aqui em 50 mil de royalties por mês, agora imagine o que aquele empreendimento lá naquela época causou tanto na questão ambiental, como na questão social no Município? Ai cinquenta contos, Rondônia antes das usinas arrecadava só de ICMS do combustível, do óleo diesel antes das usinas, Rondônia arrecadava para queimar o combustível para gerar energia elétrica, o Estado de Rondônia arrecadava mais ou menos 500 milhões por mês de ICMS do combustível. Dos royalties está ai quarenta milhões, cinquenta milhões por ano de royalties; Itapuã dezoito mil. Agora, por exemplo, nós vemos; hoje nós temos o Presidente do Brasil é do PMDB, o Prefeito de Itapuã do Oeste também, pelo menos da administração passada para cá é do PMDB, o Governo do Estado é do PMDB, o Presidente desta Assembleia é do PMDB, tudo é do PMDB. Ai eles falam que o Estado, que é o melhor Governo de Rondônia, que o Estado de Rondônia é uma maravilha. Vai lá à Itapuã do Oeste, vai ao Candeias, vai em Alto Paraíso, vai em Vale do Paraíso, vai em Chupinguaia e vê a realidade da população em todos os sentidos; em educação, em estrada, em saúde, em agricultura, em segurança pública, os nossos Prefeitos se humilhando, tudo quebrado, tudo arrebitado. O duro é que ninguém tem coragem de falar a verdade, e o Governador Confúcio Moura fica lá no blog falando de pilão, socar pilão. Meu amigo enquanto nós não tivermos políticos nesse Estado que tenha coragem e que tenha compromisso com a população e com esse Estado, para defender esse Estado com unhas e dentes; não tem jeito. Aqui o Governo Federal, tudo quer em Rondônia ele consegue, e negocia de

forma não legal e não republicana com a meia dúzia que se dá bem na história em detrimento de prejuízos que são irreparáveis, que eu acho que a gente não recupera mais nunca, da população do Estado! Há quantos anos? Nós temos o quê? Quase 40 anos de Samuel ainda tem trabalhadores buscando ainda uma indenização do prejuízo que levou daquela obra, 40 anos! Jirau já está..., daqui a pouco vai chegar a 40 anos quem tiver vivo vai ver, pessoas, trabalhadores lutando para ver se conseguem alguma coisa, alguma indenização dessa tal dessas usinas. Por que acontece tudo isso? Porque nós não temos Prefeito nessa Capital. Nós não temos Governador nessa Capital. Nós não temos a maioria da bancada federal no Senado e na Câmara e a maioria nesta Casa, comprometidos com a população. Por que se tivesse, a população não sofria essa humilhação toda. Aqui, não é porque eu tenho interesse e nem acho legal estar esculhambando, mas essa é a realidade que parece que ninguém quer ver, há quantos anos eu falo nesta tribuna aqui e falo onde tiver um microfone na minha frente que a esculhambação tomou conta deste País e as pessoas: “ele é um louco, ele é um falastrão, ele é aquilo”. E continua do mesmo jeito, aí vem Lava Jato pega a roubalheira geral, aí parece que o pessoal veio enxergar a corrupção neste País depois da Lava Jato, e pior que depois da Lava Jato continua roubando do mesmo jeito, ninguém tem medo de fazer rolo não, continua a mesma esculhambação e cada vez mais só se discute arrochar mais a população, só mais ferrar, prejudicar, dificultar mais a vida da população, se era para a gente estar buscando exatamente o contrário. O papel nosso, nós somos eleitos e bem pagos exatamente para defender vocês, para defender a população, para resolver os problemas da população, mas, me diga quando foi que o Governador de Rondônia ou a bancada federal ou as pessoas que têm poder de resolver se estão correndo atrás de alguma forma para reparar essas situações, essas questões do prejuízo que Rondônia levou, estou citando com relação a essa questão das usinas, mas, com relação a tudo, a tudo, aqui se constrói, o Governo Federal mete um presídio aqui dentro da nossa cidade, um presídio federal para trazer bandido de fora, nós aqui já temos demais, mas tem que trazer mais de fora para cá ainda e ninguém de Rondônia chega lá e diz: “não União, você pode até construir isso lá em Rondônia, mas, antes de construir vamos resolver isso aqui primeiro para a população”. Agora não, vão lá fazem as negociatas, vende nós, vende o Estado para a União, a União não tem satisfação, aí nós vamos à Brasília na ANEEL, eu já fui a ANEEL, já fui a tanto bicho lá em Brasília, deputado estadual lá em Brasília, Deputado Lazinho, nós três Deputados estaduais, eu, V.Ex^a e o Deputado Léo e os companheiros aqui do MAB lá num Ministério daquele lá em Brasília e nada, é a mesma coisa, agora se nós estivéssemos lá com a maioria dos Senadores do Estado, Deputados federais, Governo do Estado, todo mundo junto aí a coisa era diferente. Por isso o que eu quero dizer para vocês aqui, que o caminho esse é que o espaço mesmo da gente fazer política, era para ser assim, esse plenário aqui era para toda hora ter uma discussão, agora sobre atingidos, sobre a questão dos royalties, daqui a pouco sobre educação, sobre saúde, esse que é o espaço para a gente discutir e buscar formas de ir melhorando as questões que afligem a população, mas, infelizmente não acontecem na prática, os resultados dessas audiências, infelizmente porque quem tem interesse, quem valoriza as audiências como nós aqui valorizamos; infelizmente a gente não tem o poder. Porque eu já chamei o Confúcio Moura, já chamei desembargador, já chamei Ministério Público, cha-

mei deputados, vereador, prefeito para gente ir lá para aquelas usinas na época que era para a gente ter ido, mas quem foi que disse que..., a maioria, a maioria não tem coragem porque muitos são comprometidos, infelizmente, uns são covardes, outros são comprometidos com esse povo que não tem coragem de fazer o que tem que ser feito para fazer com eles respeitem o nosso Estado e automaticamente quando falo Estado como todos os municípios. Pessoal era isso, a gente está à disposição para a luta, para continuar lutando, para continuar denunciando, para continuar cobrando e um dia, se Deus quiser, nós vamos ter uma maioria de deputados estaduais, uma maioria de deputados federais e senadores e o governador e prefeitos, principalmente da Capital, que realmente defendam este Estado e esta cidade e a população deste Estado com dignidade e um estadista, políticos estadistas que realmente defendam o seu Estado com unhas e dentes. Era isso, obrigado e boa tarde.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado nobre Deputado. Para completar agora está vindo a privatização, não é? Vão vender Eletrobras, vão vender as usinas, as produtoras de energia agora estão na bica para serem privatizadas, e aí vai, tudo apoiado pelo Deputado Léo Moraes. Para não quebrar o protocolo, nós temos...

O SR. LÉO MORAES – Quebrei agora, Presidente, eu não, não estou defendendo não, de forma alguma.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Com certeza não, V. Ex^a, se todos os políticos fossem iguais V. Ex^a pode ter certeza que não venderiam nada, o que é do Brasil tinha que ficar no Brasil, não é? Chamar então a Prefeita Helma Amorim, pela ordem do protocolo. Eu não sou muito de seguir protocolo não, mas, entre a prefeita e o Paulo a gente dá a palavra à Prefeita primeiro, não é?

A SRA. HELMA AMORIM – Boa tarde a todos. Na pessoa do Deputado Lazinho que está presidindo a Mesa cumprimento os demais componentes da Mesa; na pessoa da minha Secretária de Fazenda e Dr. Alcides, Procurador do Município de Alto Paraíso; cumprimento os demais participantes da audiência pública. Essa convocação nós recebemos do Deputado que já nos visitou três vezes muito preocupado com a agricultura, sempre nos deixando boas ideias nas quais estamos numa luta para por em prática, e quando nós nos deparamos com a situação de redução foi um susto, os municípios quando estão se falando em redução nós estamos sempre em pânico. Redução de arrecadação, redução de ICMS, redução de transporte escolar, tudo, tudo está caindo em prol do município que é a base, que é a sustentação do País. Porque sem o município o Estado não anda e sem o Estado a União Federativa também não tem sustentação. Eu vi que ao final da Audiência Pública há uma convocação para que todos participem e entrem e formem um grupo para ajudar o MAB nesta luta pelos seus direitos, nesta luta pelo resgate do que lhes foi tirado de uma maneira, como sempre em toda atuação de usinas, toda atuação destas grandes e arrecadoras. Porque nós somos os que ficamos no prejuízo, estão sempre desassolados; estão sempre à assistência. Vi também a explanação do meu Deputado Léo Moraes, digo meu, pelo Partido, não é Deputado? Que não haja ciúmes. E que é muito louvável em convocar, em dizer da preocupação desta Casa em abraçar a causa. Também ouvi a explanação do Deputado Hermínio, venho dizer que em parte

concordo e em parte muito me preocupa, quando diz que as audiências públicas terminam por aqui dentro da Casa Legislativa, dentro da Assembleia do Estado. Onde nós temos 24 Deputados estaduais que representam num todo, não só o Estado de Rondônia, como os cinquenta e dois municípios; e esta Audiência não pode terminar por aqui como as que aqui nesta Casa tiveram. Porque se cada um deixar a sua contribuição, independente dos gestores não estarem presentes, mas, cada um fizer o seu papel não irá deixar no desamparo os moradores, as pessoas que viram e estão prejudicadas por essa atuação. Falando em redução de recursos, pedi para o Secretário me passar como estaria para o nosso município. Em 2015, nós tivemos uma arrecadação, uma arrecadação não, uma compensação financeira de 75 mil; em 2016, 41 mil; 2017, 31 mil. Veja bem que há um aumento de turbinas, há um aumento de geração de recursos e os municípios mais uma vez são sacrificados. Então, o nosso papel aqui como representante do município de Alto Paraíso é dizer que não só pelo fato de uma redução da compensação para o nosso município, mas, como representante de um dos 52 municípios, Alto Paraíso está sim, em prol desta luta, está sim apoiando o Deputado Lazinho no que for preciso, para que possamos brigar, não só no Estado de Rondônia, mas, na nossa representatividade como os 08 Deputados federais, os 03 Senadores, para que possam realmente, não em época de campanha, não em momentos oportunos onde há uma divulgação de mídia, como esta oportunidade de Audiência Pública, nós possamos realizar documento que concretamente possam chegar a ANEEL, ou aos órgãos competentes, para que traga um resultado eficiente. Então o meu apelo aqui, é que não se pare por aqui, que realmente dê continuidade, porque o nosso município está sofrendo muito. Hoje falando em uma diferença de R\$ 35.000,00 parece pouco, mas, a cada momento nós estamos sendo prejudicados. Nós, no município este ano de 2017 passamos para fazer um check list em tudo o que foi feito, o que poderíamos dar continuidade e o que poderíamos inovar. E uma das nossas metas para 2018 é justamente isso, Deputado, buscar as perdas do município, buscar o apoio desta Casa Legislativa para que possamos com o mínimo que nós temos de recurso no município, sermos vistos, como Alto Paraíso, Monte Negro, Rio Crespo, Cacaúlândia, que somos municípios do Vale do Jamari, pequenos e sem condições de técnicos, para que possamos alavancar e realmente ter um retorno. Quanto ao apoio no município de Alto Paraíso, nós temos sim o apoio do Governador do Estado, Confúcio Moura, do Deputado Maurão, no qual estiveram presentes com o DER, no qual estiveram presentes através de emendas. Então apesar de não ser do partido PMDB, meu partido é PTB, eu quero aqui deixar os meus agradecimentos ao Governador Confúcio Moura, o Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, porque está sendo muito atuante no nosso município.

E aqui eu agradeço pela participação, e nos colocamos à disposição para esta causa que é nobre e é também em prol do município de Alto Paraíso. Muito obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Prefeita Helma do município de Alto Paraíso que tem um potencial agrícola muito grande.

Agradecer a presença da Mayara Tavares, representando aqui o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Porto velho. Mayara, dá um puxão de orelhas no Presidente que ele tinha que estar aqui. Está em Sessão lá também? Mas,

ele com certeza estará conosco quando a gente fizer os encaminhamentos aqui. Obrigado Mayara.

Chamar o senhor Lucas Câmara, Presidente da Associação da Vila de Teotônio. Depois o Orlando Francisco e por último a gente encerra com o De Assis, da Câmara Municipal de Candeias do Jamari. A gente vê os encaminhamentos, assinar e encaminhar.

O SR. LUCAS CÂMARA – Boa tarde a todos. Primeiro agradecer a oportunidade; agradecer também ao João pelo convite; e agradecer aos Deputados pela atuação referente a esta causa. É um absurdo isso que mais um retrocesso que a gente pode ver por aí. Uma agência reguladora de energia elétrica querendo tirar um dinheiro que é direito dos municípios para que este dinheiro venha para os bolsos dos donos das hidrelétricas. Hidrelétricas essas que não cumprem suas obrigações com os reassentados, daquelas pessoas que foram afetadas diretamente e indiretamente pelas construções dessas usinas. Os retrocessos ambientais, diversos retrocessos que a gente sofre a cada dia, eu como representante de uma comunidade que sofreu com a construção dessa hidrelétrica, venho aqui expor um pouco da nossa indignação tanto com a Usina Santo Antônio quanto também ao Governo que até hoje nos deixa desamparados em relação a isso.

Hoje a gente está sofrendo muito com falta de geração de renda, falta de emprego e aí não só o nosso reassentamento, mas, como todas aquelas pessoas que foram atingidas, como o Deputado Léo Moraes mencionou no discurso dele, a Usina de Jirau, os reassentamentos de Jaci-Paraná, Santa Rita, todas essas pessoas foram afetadas, então venho aqui na minha fala chamar para a mobilização esses reassentamentos, essas pessoas, esses atingidos por essas hidrelétricas para que venham juntar-se aos Deputados estaduais, juntos aos Deputados federais que foram convidados e não estão aqui; junto aos Senadores para que não deixem acontecer mais um retrocesso. Acho que é só isso, gente, que não sejam beneficiadas essas usinas, que cada vez que elas são beneficiadas, a gente vai perdendo, os municípios estão perdendo. Então é só isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, muito bom. Acho que essa é a importância. Agora, com a palavra o senhor Orlando Francisco, diretor do SINDUR e vamos fechar com De Assis.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Primeiramente boa tarde a sua Excelência Deputado Lazinho, Deputado Léo Moraes do qual eu cumprimento todos os demais membros da Mesa do Executivo e Legislativo. Quanto representante do Sindicato dos Urbanitários, dizer que o nosso Presidente está em atividade junto a Central Única dos Trabalhadores em São Paulo, e me fez o pedido para que representasse os nossos colegas que também se encontram nesse plenário. Há algumas coisas que eu acredito que são bem importantes; algumas foram apontadas aqui, mas, que são fundamentais da gente fazer algumas lembranças. Embora o Movimento de Atingidos por Barragens tenha feito uma apresentação técnica dos dados relevantes em relação às questões financeiras que o Estado de Rondônia já está perdendo e já vem perdendo de muito tempo, o importante, Deputado Léo Moraes e Deputado Lazinho, dizer que nós temos muita responsabilidade em relação a isso, porque a classe política de Rondônia; e eu tive a oportunidade

de participar de todas as Audiências Públicas relacionadas às usinas do rio Madeira, a classe política de Rondônia se colocou de joelho para os empreendedores e para o Governo Federal, se colocou de joelho e mais do que se colocou de joelho, alguns compromissos que foram publicados pela imprensa que não são falados, se dizia até que as empresas fretavam um Boeing para poder assistir jogo no Maracanã com a classe política de Rondônia, isso se aventou em toda a imprensa nacional. Agora mais recentemente as declarações de um dos grandes representantes desses acionistas que há compromettidos no processo de isenção de impostos e alguns acordos que é preciso que a gente..., e eu que venho da base sindical, o Deputado Lazinho que vem da base da Fetagro, o companheiro que militamos aí também nos transportes por muito tempo, é importante que a classe política que não venha de movimentos sociais e populares escute o movimento social e popular, que há muito anos vêm denunciando isso, mas, nós somos marginalizados; é sindicalista, é do MAB, é do MST, nós somos os bandidos da história, porque nós tocamos o dedo na ferida. Não só veio miséria para Rondônia, tive a oportunidade de assessorar o Prefeito Roberto Sobrinho, em Porto Velho foi construído mais de 400 prédios de condomínio, o problema é que isso não repercutiu; indecência social para o município. Quantos condomínios foram construídos em Porto Velho e aqui do outro lado do Madeira, na calha do Madeira tem o maior indicador malária do País. Nós estamos falando de duas usinas, eu sou do setor elétrico há mais de 30 anos, que daqui a 20 quilômetros, 25 quilômetros a população não tem energia elétrica, porque estrangularam a distribuidora para poder vendê-la, jogaram-na contra a população, que é esse o processo. Desmoraliza a empresa e o Governo Federal está oferecendo a Eletrobras a partir de R\$ 20 bilhões, quando só as Usinas do Madeira foram mais de R\$ 30 bilhões o complexo hidrelétrico do rio Madeira, foram gastos. Sendo que o governo é acionista de 49% até um determinado momento. Então não vai pagar metade do investimento em Belo Monte, do governo, fora o outro dinheiro que é do empreendedor, que é do povo brasileiro, tirado do FGTS, do BNDES e outros. E quando a gente faz uma conta rápida, e eu não vou falar dessa apresentação, vamos falar dos royalties, quando a gente faz uma conta básica, ou seja, o tempo que ela se paga são 10 anos e a concessão é de 30 anos; 10 anos ela se paga, e a concessão é de 30; 20 anos, é mamando. Isso foi discutido em Audiência Pública, Deputado. Isso não é novidade, não estamos discutindo aqui a primeira vez nesta Assembleia. Já várias vezes já foi falado sobre isso. Agora, a nossa bancada federal, nós precisamos dizer isso, Deputado Hermínio, a nossa bancada federal vota com a FIESP de São Paulo, com a Federação das Indústrias de São Paulo, que é quem manda no padrão político que deve ser estabelecido, não com a FIERO. A nossa bancada federal vota, e agora as recentes votações mostraram isso, vota na Federação das Indústrias de São Paulo, que é quem está dando o ritmo do setor elétrico, por exemplo.

A Nota Técnica da ANEEL, quando ela faz a exposição técnica, é uma nota política, no fundo. Porque o dirigente da ANEEL é dirigente político. E a Nota Técnica faz do jeito que eu quero, para beneficiar, conforme a exposição do colega do MAB, mais uma vez quem tem mais dinheiro. Então, o que a gente precisa entender é que o sacrifício de Candeias do Jamari, o sacrifício de Alto Paraíso, o sacrifício de Itapuã do Oeste, ele tem esse sacrifício também em função desta nossa inanição política. Nós ainda não conseguimos entender que quando o

governo faz uma ação para tirar as reservas e colocar o ouro na mão de multinacional, colocar os minérios que nós temos; Alto Paraíso, naquela região tem uma reserva de cassiterita que está há muitos e muitos anos explorando, multinacional ali e deixando a miséria ambiental. E nós, o que o município ganhou com isso? Tem 100% de água tratada? Tem 100% de esgoto lá? E nós fazemos conta que não estamos vendo isso. Então, os senhores que são do Executivo, e, eu tenho certeza que é muita dificuldade o Executivo..., eu estive na Prefeitura de Porto Velho, é muito difícil, mesmo com a Secretaria lá, de grandes negócios lá, é muito difícil se falar sozinho contra uma potência que vê o Estado de Rondônia como um quintal ainda. Por mais que o Governo Confúcio Moura tem colocado, dizendo que está colocando eixo, que Rondônia está com a folha de pagamento em dia, mas, nós poderíamos estar muito mais. Nós brigamos para que a Universidade de Rondônia fizesse, por exemplo, pesquisa para poder explorar matéria prima de cosmético, que vem aqui e leva e nós não temos um centavo de lucro sobre isso. Nós não temos engenharia de pesca para poder aproveitar tudo aquilo que é jogado fora nessas nossas feiras livres. Então, eu gostaria de fazer encarecidamente um pedido, que a classe política escute os movimentos sociais. Nós não somos donos da verdade, mas nós somos o para-raio da miséria, nós estamos lá na ponta. Quando fala que vai privatizar as empresas, quem vai se lascar é trabalhador. A CERON foi à única empresa, distribuidora, foi à única empresa no Brasil que demitiu mil empregados há alguns anos, e que o desenho está sendo feito mesmo, e que não teve sequer um Plano de Demissão Incentivada, deixando milhares de trabalhadores na miséria e suas famílias, aqui em Rondônia. No resto do Brasil, todos os outros foram indenizados e agora está sendo apontado do mesmo jeito. Então nós não estamos aqui para defender a empresa ou o trabalho não. Estamos aqui para defender o seguinte: Deputados, Rondônia são 52 municípios, daqui a 20 quilômetros não tem energia elétrica. Se a gente defende o que a Federação das Indústrias de São Paulo está mandando a gente defender aqui, eu estou dizendo por que os representantes do povo estão defendendo isso, nós estamos dizendo que mais de 40 municípios em Rondônia vão falir. Vão falir porque o Estado brasileiro investiu no Sul e no Sudeste durante muitos e muitos anos. Foi dinheiro do brasileiro todo que foi para ali. Quando o Deputado Hermínio coloca a questão do ICMS, Deputado Hermínio, em relação, por exemplo, ao governo ter perdido o dinheiro, eu gostaria de dizer que a Termonorte até hoje recebe dinheiro do Contrato sem gerar nada. Porque o contrato dela é o seguinte: está disponível para gerar, vocês não usarem...! E nós não discutimos isso e nós não discutimos isso, nós não discutimos que o modelo ambiental aqui em Rondônia foi feito por uma PCH no Apertadinho, nós não discutimos isso, que deixou aquela população na miséria. Então, a gente precisa ir mais longe, precisa a gente concentrar mais nossos esforços, sensibilizar a nossa Bancada Parlamentar Federal, dizer que enquanto eles estiverem votando na Federação das Indústrias de São Paulo ou naqueles que representam, os nossos municípios vão ficar igual à Prefeitura falou aqui, igual o Prefeito, o Vice-Prefeito falou aqui de Itapuã, nós vamos continuar mesmo com o município robusto igual é Porto Velho, penalizados e mais penalizados e isso não é o maior fator, quem vai pagar caro essa miséria é a população de Rondônia e é isso que a gente não pode aceitar porque a gente vai gerar uma parcela futura de miseráveis. Hoje a população de Rondônia já está vendo muito assustada o número de homicídios que foi colocado aqui, o nú-

mero de usuário de crack que estão jogados nas ruas e que uma boa parte deles veio para a construção das usinas do Rio Madeira e a tendência é aumentar. Eu moro numa vila de condomínio há 30 anos, essa vila de condomínio uma hora vai ser invadida. O prefeito Rover lá, infelizmente perdeu o filho por uma invasão de meliantes lá dentro da casa dele. Qualquer um de nós aqui pode ser vítima dessa miséria que está sendo assolada. Muito obrigado a todos e sucesso nos trabalhos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) - Muito obrigado Orlando, sempre usando com muita propriedade da palavra. O Vereador Cidinho também se inscreveu, nós vamos tentar ver se a gente conclui o mais rápido possível, mas, chamar o vereador De Assis, da Câmara Municipal de Candeias e posteriormente para fechar, o Vereador Cidinho, de Itapuã do Oeste; para a gente fazer os encaminhamentos aqui.

O SR. DE ASSIS – Boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar o ilustre Secretário Municipal de Porto Velho, senhor Luiz Guilherme, com quem eu tive o prazer de fazer parte da administração do saudoso Chiquilito Erse, eu acho que ele não lembra mais de mim, mas eu lembro muito bem dele, é um homem muito sério como gestor público; quero cumprimentar o Luizinho da Fetagro e parabenizá-lo por essa iniciativa; quero aqui cumprimentar o Prefeito de Candeias do Jamari, nosso Prefeito Luiz Ikenohuchi; cumprimentar o ilustre Deputado Léo Moraes; o Deputado Hermínio, baluarte em defesa da base, dos trabalhadores; meu amigo Sales, com quem eu tive o prazer de ser meu Secretário, lá na SEDAM, o homem que entende tudo de meio ambiente; o Paulo, o João Marcos Rodrigues, do MAB, que fez uma palestra muito boa, trouxe muitas informações que nós não sabíamos; e o Presidente da Câmara, Itamar; cumprimentar o meu companheiro de Parlamento, Vereador Lúcio Rojas Medrano; a Sandréia, que representa o Partido Comunista do Brasil, camarada Sandréia, camarada Joel; Presidente também da CTB e a minha esposa Luciana, que se faz presente e o meu amigo Rafael, que estava ainda há pouco, que também faz parte do gabinete do ilustre Deputado Lázinho da Fetagro. Mas, o que foi aqui exposto esta tarde foi muito produtivo para todos nós Parlamentares interessados em saber do assunto e que reduz as nossas alíquotas e impostos daquilo que nós trabalhamos e lutamos para que fossemos contemplados com o mínimo do mínimo necessário para que não leve a nossa riqueza, não estrague essa riqueza e deixe aqui a gente a mercê da sorte, com tantas mazelas, problemas pós-construções dessas usinas hidrelétricas. Eu me lembro, Deputado, eu comprei uma casa, na Rua Laércio Nobre, de um atingido por barragem, na época, eu comprei a casa por R\$ 3.800,00, não havia nada. Décadas depois não havia nada no terreno, havia um barraco velho de madeira, eu tive que construir uma casa, minha casa que eu moro hoje, que hoje se compara com o que existia antes, está avaliada em mais de duzentos mil reais. Mas, lá aquele atingido não tinha nada, João Marcos, não havia nada praticamente, não receberam nada. Agora, me pergunto, Deputado, eu sou da região nordeste brasileiro, lá do Ceará, onde fizeram uma barragem, chamada Barragem do Castanhão, não sei quem é nordestino aqui se recorda, não é Joelson, da Barragem do Castanhão, se ouviu falar, lá no Nordeste, do Ceará; o João deve conhecer com certeza, ele conhece tudo, em Jaguaribe. Lá, João, fizeram um remanejamento das famílias lá, o impacto foi urbano, não foi tão rural, acho que foi mais urbano mesmo. Mais atinge, logicamente, que a área que foi alagada foi muito imensa e toda cidade, todo o povo, tudo foi removido de

um lugar para outro com os padrões, todos dentro dos padrões de pavimentação, de arruamento, posteamento, tudo, tudo, Deputado Hermínio. E aqui não, aqui em Rondônia não, fazem uma política de enganação, de paliativo, aonde trazem as pessoas ribeirinhas do seu habitat, coloca essas pessoas nas ruas, essas pessoas viram alcoólatras, deprimidos, os filhos com o impacto cultural, acabam caindo fácil na lábia do malandro e se entregando as drogas quando alguns não conseguem estudar e a gente acha que eles estão sendo colocados no paraíso; quando eles falam que o paraíso é aqui onde eu estou morando, cada um em si tem o chamado o sentimento de pertencimento ao local, eu estou com 27 anos que não vou ao nordeste, mas, eu sinto saudades do meu nordeste, eu trouxe o nordeste comigo, eu trouxe no meu coração e na minha mente, mas, tem pessoas que não aguenta a saudade e vai lá no nordeste mesmo, aquela terra seca, difícil, tiram o árabe de sua terra, tiram o palestino da Palestina onde só tem tiroteio, bala, deserto e areia, ver se ele vai gostar, se ele não ama a sua região, imagem as pessoas que vivem em sua região, em seu habitat, que vivem na sua região, tem o sentimento de pertencimento a região e são arrancados em nome do poder econômico; tudo bem, as usinas trazem o progresso, energia, mais deveria deixar muito mais para o povo que é atingido. Graças a esse movimento que traz conhecimento, que deveria prestar consultoria a todos esses Governos desses municípios para que possa ter conhecimento o que está acontecendo e o que está por vir de futuro. Mas, eu quero falar do Candeias, para concluir Deputado. Dizer o seguinte, que a minha cidade foi impactada de forma muito desumana e que ainda hoje não conseguiu recuperar o perdido, não conseguiu recuperar. Nós temos royalties que o Prefeito colocou muito bem, muito baixo, os valores são baixos comparando com os impactos ambientais, social econômico, cultural que nós tivemos em Candeias do Jamari. Mas, eu digo o seguinte, Prefeito Luiz; vamos para a Justiça, porque se nós não acreditamos que nós políticos, que os políticos são capazes, Orlando, de fazer algo, combater, nós temos que ir a algum lugar, os Prefeitos que estão sendo impactados com essas reduções, deveriam se unir e ir lá com o Governo, com o Presidente, ir lá com os nossos Senadores, Deputado Federal, porque eles são detentores de voto, porque que não vamos agir com inteligência? Nós vereadores fazer a mesma coisa, Dr. Lúcio, nós unirmos; os Deputados, como o Deputado Léo Moraes falou, ir à Brasília e vamos ter que pedir e requerer o que é nosso de direito e muito mais, o que eles deixaram de nos pagar e, tem mais, nós temos é que ir para a Justiça e requerer o que não foi dado como compensação, João Marcos, porque você sabe muito bem que existe muita coisa que não foi repassado aos municípios e que deveria ser cobrado. Se existe; independente do Governador Confúcio Moura, ou quem quer que seja, mas, se os Prefeitos se unirem, as Câmaras se unirem, tem muita força e muito poder de impedir que essa aberração econômica atinge os municípios, já basta o que aconteceu. Então, para finalizar, eu quero deixar aqui a minha sugestão, a Câmara Municipal de Jamari vai continuar lutando juntamente com o Executivo para que o nosso município não sofra mais do que já vem sofrendo com redução, com aumento de energia caríssima que nós pagamos, as cidades às escuras porque a energia é muito cara e ainda tem uma dívida de três milhões com a CERON, que o Prefeito está tentando pagar nessa gestão. Então, não é fácil, precisamos sim buscar os nossos direitos, senhores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Vereador. Com a palavra o Vereador Dejesus Aparecido Ramos, vulgo Cidinho. Vamos lá para gente tentar encaminhar. Depois tem uma merenda aqui fora.

O SR. DEJESUS APARECIDO RAMOS – Esse é um nome abençoado Deputado, sempre ele fica em segredo, conhecido popularmente por Cidinho. Quero aqui em nome do Deputado Hermínio, cumprimentar os Vereadores, Secretários e a população presente, em nome do Vereador Léo, cumprimentar os prefeitos e vice-prefeitos que estão aqui, Itapuã; Alto Paraíso; o vice-prefeito Paulo; Alto Paraíso a Prefeita e do Candeias. E cumprimentar o nosso ilustríssimo Deputado, proponente desta Audiência Pública, Lazinho da Fetagro, grande companheiro que vem desenvolvendo um excelente trabalho ao longo dos nossos 52 municípios do Estado. Dizer que essa Audiência, ela tem uma importância muito grande, este Plenário hoje deveria estar lotado, com nossos amigos, os nossos moradores das nossas cidades, mas, eu não os culpo por este Plenário estar vazio, mas, eu não vejo o nosso representante aqui dos federais, a nossa bancada federal, a nossa bancada do Senado que deveria estar presente aqui hoje, porque representam o nosso Estado, representam os Municípios do nosso Estado, e hoje com as nossas leis que vão retroagindo, nós estamos ficando meramente com os impactos, simplesmente, Deputado, com o impacto. Vendo aqui algumas imagens passadas no datashow pelo nosso amigo aqui do MAB, não só é aquilo que foi passado aqui, que o cemitério de Itapuã do Oeste ele fica submerso a água; nosso Município, 50% a cada ano se alaga, 50% do Município a cada ano se alaga e nós temos um impacto muito grande. Eu acredito que Porto Velho também tem esse impasse, tem esse problema, mas Itapuã vem se arrastando aí já por longos anos com esse problema sério que mistura tudo e aí se agrava cada dia muito mais, muito mais se agravam os problemas do nosso Município. E hoje, fica muito fácil, só baixar a tarifa, baixar, baixar e baixar, e, nossos direitos adquiridos; vamos perdendo ao longo do tempo; o que não se baixa, ou que não acaba, são os impactos ambientais que a cada dia aumenta mais e as nossas tarifas também não abaxam, todo mês vem ali e nós temos que pagar, ou paga ou corta a energia. Então eu acho que isso aqui, esta Audiência é de suma importância e que deveria ter mais frequência, Deputado Lazinho, devido à gravidade do problema que é muito grande aos três Municípios do Estado de Rondônia, que tem esse problema sério por causa da Hidrelétrica de Samuel. Então, ficam aqui minhas palavras representando nossa população de Itapuã do Oeste, e dizer que nós estamos na luta, parabenizando também a equipe do MAB, que sempre está aí também fechando BR, fazendo mobilizações, reivindicando de fato seus direitos adquiridos ao longo dos dias, porque os recursos hídricos são recursos da Nação, mas, nós ficamos meramente com o impacto, e os benefícios a gente vê igual vê navios: só de longe, só de longe. Parabéns Deputado pela proposição e dizer que nós, os Vereadores de Itapuã do Oeste estaremos à disposição para discutir e que chegue a um denominador para que resolva esse problema dos municípios do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Vereador Cidinho. Nós fizemos aqui uma Ata de Encaminhamento, além disso, o Vereador De Assis ventilou aqui a possibilida-

de dos Municípios e o Estado irem judicialmente cobrar essa fatura. Eu preciso depois verificar com a equipe de advogados como é que a gente pode também fazer isso e depois consultar os Prefeitos e Vereadores de todos os Municípios. Eu acho que é outra ação que nós podemos fazer enquanto Assembleia. Mas antes de encerrar, eu também gostaria de deixar aqui algumas considerações. O Estado de Rondônia hoje está vivendo o resultado e já foi dito, da omissão da classe política no passado. O Estado foi omissor, desde Governador a Deputados Estaduais, Deputados Federais que quando estavam discutindo não tomaram para si a responsabilidade e eu lembro muito bem que era muito fácil se ouvir o seguinte: “isso é de cunho nacional e nós não podemos intervir em nada”. Ou seja, se o Governo do Estado, Deputado Estadual, Deputado Federal, Deputados Federais, Senadores não podem se posicionar, e, intervirem no Estado da Federação que eles são representantes, então para que serve ser representante do Estado? Nós temos que reconhecer que houve omissão. Temos que reconhecer também como disse o Orlando, que os movimentos sociais precisam ser ouvidos pelo Poder Público, não quer dizer que nós, que os movimentos sociais não, às vezes não cometem erros; cometem, assim como todo setor da sociedade, mas, se essas cabeças brancas que estão aqui lembrarem muito bem, a luta dos movimentos sociais quando da construção da Usina de Samuel, quando da discussão da questão ambiental aqui no Estado, lá nos anos 80 e 90, quando da construção dessas duas Usinas aqui, de mobilizações de fechamento de BR, de ações desses movimentos de vários segmentos sociais. Eu, a época, na FETAGRO e nós não éramos ouvidos, esses movimentos não eram ouvidos pela classe política da época, pelos representantes do Estado. Éramos chamados de baderneiros, éramos chamados de pessoas que não têm o que fazer, como são hoje, hoje só não são chamados de baderneiros, eles são mobilizados pela Rede Globo de camiseta amarela, aqueles não são chamados. Mas aqueles que contestavam a realidade, como contestavam a privatização da CERON, como contestavam a privatização da telefonia, por que se não pensava em: “todo mundo tem que ter telefone, então tem que privatizar por que o Poder Público não dá conta de administrar”. Quem dá conta de administrar é o setor privado. Não tem empresas que falem nesse Brasil não? Só fale em Poder Público, Prefeito? Ou empresas nacionais, multinacionais também não falem? É, a OI está falida como disse ali, então eu acho que a gente precisa mudar a forma de debate. Agora o que está propondo para o Brasil, as privatizações que estão propondo para o Brasil não é só questão financeira, é questão de soberania. Nós precisamos discutir a soberania do nosso País, por exemplo, nós vivemos num mundo aonde a política é que domina tudo, o capital domina tudo, se nós precisarmos ter segredos de Estado na área de telefonia aonde que nós vamos ter? O setor energético sendo ele privatizado, aonde que nós vamos ter soberania sobre a energia? Vendendo a soberania sobre o petróleo, não é questão só econômica, é questão de soberania nacional. O que quê fica para o Brasil a não ser a mazelas e a miséria a troco de um telefone celular, quando se trata da telefonia. E agora no setor elétrico brasileiro, essa atitude de baixar é a preparação para a privatização, estão preparando por que no Brasil, é acostumado denegrir, destruir as grandes empresas, primeiro; para depois colocar à venda, esse é o sistema colocado aí. E a população brasileira precisa acordar para isso, nós precisamos acordar, nem tudo

que vem de fora, ou, aliás, nada do que vem de fora é pelo bem do País, por que nós vivemos numa disputa mundial, numa disputa por poder. A hegemonia nacional como disse o Deputado Léo, eu não sei falar essas palavras difíceis, a gente precisa começar a pensar diferente e a omissão dos nossos políticos naquela época quando nós víamos aqui na Assembleia, víamos na rua, na estrada falando que ia acontecer, a omissão na construção das usinas, da administração de Porto Velho e do Governo, quando os acampados ficaram ali na rua jogados por muitos meses ali, por mais de três meses jogado ali na rua e agora está jogando em outro local, e nada. Então o máximo que a gente pode garantir para vocês, esta Casa não fará e não tomará com esses Deputados que têm aqui, atitude de omissão que foi tomada no passado. Estão vindo aí as usinas do Machadinho; está vindo a usina do Machadinho e eu já estive no Machadinho numa Audiência Pública e fui vaiado por fazer esses alertas que eu estou fazendo aqui, a usina de Tabajara, fui vaiado lá dentro por dizer a verdade. Por que no primeiro momento o que o comerciante quer? Vender. No primeiro momento o que se espera é o crescimento, é 20 quilômetros de asfalto que vai chegar mais lá na frente, para chegar no pé da indústria, que não será brasileira, é isso. E aqui isso foi alertado quando da construção das usinas aqui, e vou dizer uma coisa para vocês, se o povo de Rondônia, o povo de Rondônia não resolver tomar posição as coisas tendem a agravar com relação a isso, por que os nossos companheiros do MAB, os nossos companheiros da Via Campesina de uma forma geral, da FETAGRO de uma forma geral que fazem essas mobilizações pontuais, dos urbanitários que fazem as mobilizações pontuais, se não começar a pensar no conjunto da obra, vai sobrar para nós coisas muito piores ainda. Por que nós separamos as nossas lutas, o grosso da população está seguindo o que diz a Rede Globo infelizmente, o grosso da população, ou a mídia. Não estou citando um aparato de mídia, mas, a mídia de uma forma geral, por que a mídia também tem o seu domínio e tem o seu interesse próprio, e aí o grosso da população não consegue enxergar. Agora os Prefeitos têm a responsabilidade de ajudar, os Deputados têm responsabilidade de ajudar, porque se nós somos prefeitos, se nós somos deputados nós assumimos o compromisso com o povo e não é fácil; eu não quero ser prefeito, de jeito nenhum, prefeito, para mim quem é prefeito, Prefeita Helma, ou é doido ou falta um pouco de juízo porque aguentar o que vocês aguentam é só o povo estando junto porque eu não tenho coragem de assumir de jeito nenhum um Executivo na atual situação de hoje que você tem que servir a tudo e a todos sem ter respaldo nenhum. O Ministério Público foi convidado para estar aqui, para acionar um prefeito o Ministério Público é bom, para ter coragem de acionar isso que está acontecendo aqui com relação às hidrelétricas, as usinas também se omitem: “nós precisamos ser instigados”. Eu não estou generalizando, não estou dizendo que todos procuradores, promotores, tudo é igual, não é tudo igual, mas, a grande maioria se omite em assumir o papel que tem que assumir. Então eu deixo essa indignação aqui porque eu já sofri na pele andando na rua sendo chamado de vagabundo, enquanto a minha família estava em casa e eu não conseguia ver os filhos crescerem porque essa é a vida de um sindicalista, essa é a vida de quem está dentro nos movimentos sociais, não vê a família crescer, não vê os filhos crescerem e ainda é pisoteado pela grande maioria da população por não entender

o processo, porque infelizmente no mundo 5% luta, os outros 95% se vangloria e se beneficia da luta desses 5%, infelizmente é isso. E agora eu quero aqui parabenizar o MAB por essa luta, por mobilizar, por nos instruir nesse campo, que eu não tenho conhecimento, quando eles vieram me procurar eu disse: “gente, vocês venham porque eu não tenho conhecimento”. Se você me falar o que é agricultura familiar, agricultura de uma forma geral eu entendo, aí eu sei, agora do setor energético eu não entendo, da educação muito pouco porque até estudar pouco eu estudei, não foi por preguiça, mas, agora dessa área da agricultura eu entendo. Então parabéns a vocês e que vocês consigam cada vez mais fortalecer e conseguir sair de dentro de um patamar, consiga abranger mais, viu João, abranger mais. Nós vamos tentar isso que está sendo encaminhado aqui que é o que vocês já leram aqui, já foi passado os pontos e eu peço a assinatura de vocês para que vocês leiam muito rapidamente aqui só os encaminhamentos como já foi dito que seja encaminhada à ANEEL essa documentação e à bancada estadual, federal, prefeitos, representantes dos municípios possam tentar essa audiência lá em Brasília para apresentar para eles, que seja encaminhada a realização de audiência pública em todos os municípios, principalmente os municípios envolvidos aqui para mobilizar a sociedade. A sociedade, o grosso dela precisa saber o que está acontecendo porque se a sociedade não souber, eu vou dá um exemplo para vocês aqui, a Previdência estava a caminho de ser feita a reforma da Previdência sem a população saber o que era, sem esta Casa aqui saber o que era, nós fizemos uma audiência pública aqui nesta Casa, todos os Deputados assinaram contra a Reforma da Previdência, fizemos diversas audiências públicas no Estado todo, Alto Paraíso nós estivemos, Cujubim nós estivemos, Candeias, todos os municípios praticamente, nós mobilizamos a classe política do Estado com relação a isso e o posicionamento deles é contrário, se vão votar a favor é outra coisa, mas, são contra; e o Brasil fez isso. Então se nós conseguirmos fazer isso com a sociedade neste tema, nós vamos conseguir discutir esses valores que estão tirando do Estado, mas, vamos também conseguir discutir o que não fizeram pelo Estado, esse é o objetivo, o MAB não está preocupado só com essa questão da tarifa aí não, está preocupado com o que não fizeram e que estão indo embora e que o Estado está ficando aqui. Eles conseguiram trazer esse tema para cá e a gente precisa mobilizar, prefeita, todo mundo porque só assim a gente vai conseguir, pode fazer o que quiser, mas, se o povo não estiver junto a gente não consegue avançar. Então parabenizo vocês e coloco não só o meu mandato, mas tenho certeza o Deputado Léo, Deputado Hermínio, os outros Deputados desta Casa. Eu, antes de vim para cá, eu falava o seguinte: “olha aquele povo que está lá, eles não querem nos ajudar, eles são contra nós”. Eu dizia, eu falava isso, hoje eu sei que aqui dentro falta a nós conhecimento em temas específicos para poder se posicionar. Então nós temos a responsabilidade de fazer com que os Deputados conheçam os temas específicos, essa é a dificuldade que a gente tem. Hoje eu não falo que o Deputado tal vota contra nós ou vota contra o povo, não é isso, é falta de conhecimento, isso na bancada, isso no prefeito, em todo mundo, nós não temos o poder de ter o conhecimento de tudo e aí independente de temas a gente tem dificuldade. Então a gente precisa fazer conhecer mais. Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO - É só uma informação que eu estou recebendo aqui. Um consultor estima o valor do parque gerador da Eletrobras em 370 bi, esses números são técnicos; a Eletrobras vale cerca de 370 bi e o Temer quer vender por 20 bi, para tapar o buraco fiscal. Eles estão querendo vender a Eletrobras por menos de 10% do seu valor; isso é o preço do golpe, isso é o golpe, isso tudo faz parte do golpe. Infelizmente, Deputado Lazinho, é aquilo que eu falei, há muito tempo os nossos movimentos sociais, infelizmente nós perdemos a força, nós não aguentamos combater este monstro que é este governo quadrilheiro que está aí, que hoje se coloca tudo de goela abaixo na população, porque é um absurdo você pegar o patrimônio do Brasil estratégico que vale 370 bi, porque aqui quem está falando não é ninguém do PT não, quem está falando é um técnico, um especialista, está bem fundamentada a matéria aqui. Isso num País que tivesse um pouquinho de seriedade um político desse tipo tinha que ir para o paredão no mínimo, tinha que ir para o paredão, mas, infelizmente aqui no nosso Brasil as lutas que os trabalhadores tiveram, os movimentos sociais tiveram para poder conseguir um direitinho a mais no emprego, no salário ou na aposentadoria, coisa nesse sentido; estão tirando lá de qualquer jeito; são os Garçons da vida, os Capixabas, as Marinhas, os Raupp da vida, na calada da noite lá, em segundos tirando direitos que foram conquistados com muitas lutas de décadas e décadas e sem mais, nem menos. Infelizmente, Deputado Lazinho, a situação está feia, por isso que quando você fala muito, cobra muito, pede para a população participar, eu já fiz muitos movimentos e eu sei a dificuldade que a gente tem hoje para mobilizar a nossa população para tudo. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Então, concluindo eu quero agradecer a todos, aos Prefeitos que vieram, aos Vereadores, Perfeita, as Vereadoras que vieram, e vamos tentar juntar aqui um corpo de advogados e ver o que pode ser feito, porque eu acho que judicialmente também tem como, pelo menos balançar, nós temos que balançar muito. Marimbondo enquanto você não chega, não bate lá na arvorezinha em que ele está ele fica quietinho. Aí a hora em que a gente balança a gente consegue mexer, não é? João, para a gente fechar.

O SR. JOÃO MARCOS DUTRA - Eu só queria pedir aqui para os representantes dos Municípios que a gente realmente leve a sério esta articulação. Existe uma Associação Nacional de Municípios atingidos por hidrelétricas, eu não sei se os Prefeitos dos Municípios aqui de Rondônia participam, mas, eles têm debates em nível nacional sobre esse tipo de questão, inclusive, eles já têm algumas proposições que estão, inclusive, em negociação com as agências reguladoras; uma delas é a mudança da própria lei da compensação financeira, eles querem diminuir a proporção da União e aumentar a do Município. Eu acho que não é este o caminho, não é brigar entre União, Estado e Município, quem vai ficar com as migalhas, eu acho que a gente tem que ir para cima, porque 7% da geração, a partir da forma como eles calculam o preço da energia, é muito pouco e a gente viu que pela estrutura do sistema financeiro, na verdade a gente fica com menos de 1%. Agora, as geradoras que já eram muito privatizadas, elas estão num processo completo de entrega. Onde os chineses compraram a geração, está escrito nos contratos: “a hidrelétrica é patrimônio do

povo chinês”; e a gente não está ficando nem com 1% dessa riqueza produzida no nosso território, estamos ficando com os problemas, não é? Então que a gente criasse pelo menos uma articulação em nível de Estado desses Municípios e que realmente mobilizasse os Municípios nessas Audiências municipais e a gente convidasse os Deputados para também estarem lá no Município para que as deliberações dessas Audiências nos Municípios a gente encaminhe para estar engrossando o caldo da pressão sob a nossa bancada federal, porque a gente viu hoje aqui que, apesar da magnitude das consequências da resolução da ANEEL, eles não estão muito preocupados. E fazer um último pedido, que o Movimento este ano está fazendo o seu Congresso Nacional, a gente vai estar com mais de cinco mil coordenadores de grupos de base do movimento, de todas as regiões do País, no Rio de Janeiro no mês de outubro, a gente escolheu o Rio de Janeiro porque lá é um lugar estratégico, é onde está o BNDES, onde está a Eletrobras, onde está a Petrobras, onde está a Vale, e o debate que a gente quer fazer lá é o debate que a gente está fazendo aqui. O modelo que a gente quer para o setor elétrico; se é um modelo voltado para a soberania nacional ou para entregar as nossas riquezas para as empresas transnacionais. A gente quer discutir a soberania do nosso País e aqui em Rondônia até agora a gente não conseguiu arrecadar dinheiro para nenhum ônibus. Então eu queria pedir ajuda dos Deputados, dos Prefeitos e dos Vereadores para que Rondônia pudesse contar com pelo menos um ônibus no nosso Congresso Nacional, porque a luta que a gente vai fazer lá é sobre isso aqui que nós estamos discutindo, não é só para os atingidos, é para todos; toda a sociedade.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado João. Nós vamos encaminhar aqui, estamos colhendo as assinaturas, vamos encaminhar cópias para todos os municípios que estão aqui, para as Câmaras de Vereadores e vamos, eu, o Deputado Léo, nós vamos tentar ver; o Deputado Hermínio, ver se a gente consegue já ver essa agenda lá, ver com a bancada uma agenda lá em Brasília também, aí nós vamos dar seguimentos nos encaminhamentos daqui da Audiência.

O SR. PAULO TRAMONTIN – Só para informar, Deputado Lazinho, nós assumimos um mandato esse ano e, daquela compensação ambiental da construção da Usina de Samuel que tem um valor de mais de 30 milhões, nós já entramos no Ministério Público esse ano pedindo que esses valores sejam refeitos e que eles sejam de fato repassados ao município de Itapuã do Oeste, nós já estamos na justiça aqui em Porto Velho no Ministério Público Federal, e, contamos daqui para frente com o apoio dos Deputados e da bancada aqui de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Então eu já sugiro, eu queria sugerir então que as outras prefeituras dessem uma sentada já com vocês, porque é o tal negócio, a gente, sozinho, a gente não consegue. Prefeitura de Porto Velho, Candeias, Cujubim, Alto Paraíso, todos que estão envolvidos, eu acho que teriam vocês, a gente pode ajudar, pode articular, mas, vocês fazerem pelo menos a assessoria jurídica desses municípios, fazer esses contatos entre vocês para ampliar o processo mais de justiça, se tiver que entrar mais na justiça, porque quanto mais tiver, mais outros municípios tive-

rem, mais vai mobilizando a sociedade de uma forma geral, ok?

Terminando aqui tem uma merendinha aqui, aqui na Casa fala coffee break, mas, para nós lá na roça é merenda mesmo. Então tem uma merenda ali que nós vamos degustar depois, degustar que fala é, Orlando? Não lá não falamos degustar, é comer mesmo.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada mais essa Audiência Pública. Muito obrigado a todos pela presença.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 17 horas e 14 minutos)**

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1825/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Da Função em Comissão de Chefe de Divisão de Execução Orçamentária, código DGS - 3, do Departamento Financeiro, a servidora **CARLA MARIA MARTINS LOBO**, cadastro nº100007931 Cargo de Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1826/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR

Da Função em Comissão de Secretário de Apoio, código DGS – 9, do Gabinete da Presidência, o servidor **CYRILLO RODRIGUES NETO**, cadastro nº. 100011090, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1827/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR

Da Função em Comissão de Diretor do Departamento Pedagógico, da Escola do Legislativo, código DGS – 2, a servidora **ELAINE VILLAR MAZIERO DUARTE**, matrícula nº. 100000480, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1828/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 da LC nº730 de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Da Função em Comissão de Assessora da Mesa Diretora, Código DGS-2, a servidora **MARIA IRIS DIAS LIMA DINIZ**, matrícula nº100001371, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1829/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR

Da Função em Comissão de Secretária de Apoio, código – DGS-9, do Departamento de Cerimonial a servidora **MARIA MADALENA PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº100010950, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1830/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve,

EXONERAR

Da Função em Comissão de Diretora do Departamento de Apoio à Produção Parlamentar, Código DGS-2, a servidora **MIRANILDE RODRIGUES DO NASCIMENTO ROBLES**, matrícula nº100002262, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº1831/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR

Da Função em Comissão de Assistente Técnico, Código AST-23, do Gabinete da Secretaria Geral, a servidora **RITA CUNHA SALES**, cadastro nº100002560 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº015-SG/2017/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 178, II, da Lei Complementar nº 68/92 e, **CONSIDERANDO**, o que restou apurado pela Corregedoria Administrativa através da **Sindicância Administrativa Investigativa nº 009/2017, datado de 21.06.2017.**

RESOLVE

Art.1º. ARQUIVAR, a Sindicância Administrativa Investigativa nº 009/2017.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº1807/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

EXONERAR

Da Função em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, a servidora **VERA LÚCIA RIBEIRO DA SILVA DALL'AGLIO**, cadastro nº 100003550 Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, a partir de 30 de agosto de 2017.

Porto Velho, 31 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº 527/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 09/09/2017 aos servidores relacionados que irão realizar serviços de jornalismo e fotográficos para o senhor presidente desta Casa de Leis, no município de Vilhena, conforme Processo nº. 00013039/2017-95.

Matricula: 200163565
Nome: Eranildo Costa Luna
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Matricula: 200161010
Nome: Marisvaldo José da Silva
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 06 de Setembro de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº 528/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Paragrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 06/09/2017, ao servidor relacionado, conforme Processo nº. 00013039/2017-95.

Matricula: 200163596
Nome: Alberto Andrade do Nascimento
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Dep. Pol. Legislat.

Porto Velho - RO, 06 de Setembro de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ATO Nº 529/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

R E S O L V E

Conceder 02 (duas) diárias no período de 05 a 06/09/2017 ao servidor relacionado que irá realizar serviços de motorista do veículo oficial do gabinete da presidência, realizando o traslado dos servidores que acompanharão o Senhor Presidente desta Casa ao município de Vilhena - RO, conforme Processo nº. 00013039/2017-95.

Matricula: 200163186
Nome: Olívio Gilberto Persch
Cargo: Assistente Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 06 de Setembro de 2017.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretária Geral

ADVOCACIA GERAL

Extrato SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº. 007/2015

Processo Administrativo nº 05215/2015-ALE/RO

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: AMAZON TRAINER E TURISMO LTDA ME.

DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a prorrogação do Contrato n. 007/2015, referente a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, emissão, remarcação, endossos de bilhetes e fornecimento de passagens de ônibus (rodoviário intermunicipal) para atender as necessidades de deslocamento dos deputados, servidores e terceiros no interesse da Administração para participarem de cursos, treinamentos, reuniões, congressos, semi-

nários e outros eventos de interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sendo as condições gerais para prestação dos serviços estão dispostas no Contrato.

DO PRAZO: Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de prorrogação de 12 (doze) meses, a contar de 14 de setembro de 2017, ultimando-se em 13 de setembro de 2018, conforme autorização da Secretária Geral Adjunta e Presidente às fls. 1070.

DO VALOR: O valor global do presente termo aditivo é de R\$ 34.797,60 (trinta e quatro mil e setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

DO RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para atender o presente Termo aditivo, será usado saldo de 17.363,49 (dezesete mil trezentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos) existente na Nota de Empenho n. 2017NE00471, a ser complementado, se necessário, com posterior emissão de nova nota de empenho para cobrir o período restante compreendendo até o término do exercício corrente.

Parágrafo Primeiro. As despesas decorrentes do presente TERMO ADITIVO correrão à conta da seguinte Programação: Evento 400091- Natureza de Despesa 339033- Fonte de Recurso 0100000000 - Nota de Empenho nº. 2017NE00471 - Parágrafo Segundo. Por ocasião do exercício financeiro de 2018, poderá haver posterior complementação ou emissão de novo empenho em relação à cobertura correspondente ao restante do período contratado.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes aditantes, em 03 (três) vias e com visto do Senhor Advogado Geral Adjunto desta ALE/RO, sendo e registrado às fls. 34 (trinta e quatro) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2.017.

Porto Velho, 05 de setembro de 2017.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário-Geral

Contratada: Amazon Trainner e Turismo Ltda ME

Michelle Morales Martins
Representante Legal

Visto:

Whanderley da Silva Costa
Advogado-Geral Adjunto